



# Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agualdo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (57); achando-se ausente em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 18 de outubro do corrente ano, na cidade de Cafeara, do Senhor ROQUE GERVOZIO.

Tal passamento, vem consternar a sociedade cafearena, tendo em vista a projeção que desfrutava o extinto, quer como cidadão, quer como exemplar chefe de família.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor WLADISLAU BODENER, ocorrido no último dia 24, em União da Vitória.

Antigo industrial, membro de tradicional família de União da Vitória, deixa consternada a grande família, bem como o vastíssimo círculo de amizades, pois, tratava-se de uma figura

exemplar e muito dedicada às causas sociais da comunidade.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, na Avenida Interventor Manoel Ribas n.º 959, em UNIÃO DA VITÓRIA.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NABIA NASSIB FELÍCIO, aos 74 anos de idade, ocorrido na data de hoje, nesta Capital.

A extinta que era viúva do Senhor SALIM FELÍCIO e deixa os seguintes filhos:

ISMAEL SALIM FELÍCIO, casado com a Sr.ª DORCAS FELÍCIO;

ZEIDE FELÍCIO, casado com a Sr.ª MARIA ESTEVES FELÍCIO;

SULEIMAN FELÍCIO, ex-Prefeito Municipal de Centenário do Sul, casado com a Sr.ª SMEIRE SAID FELÍCIO;

SALAIDE FELÍCIO, solteiro;

MOISÉS FELÍCIO, falecido, casado com a Sr.ª ADALGISA APARECIDA BUENO FELÍCIO, Vereadora na cidade de Centenário do Sul;

SALMA FELÍCIO RIBEIRO, casada com o Sr. JOSÉ RIBEIRO;

ADMA FELÍCIO MARTINS, casada com o Sr. NEL MARTINS; e,

Dr.ª CARIMA FELÍCIO DE LIMA, casada com o Sr. HENRIQUE INÁCIO DE LIMA.

A extinta deixa 16 netos e 1 bisneto.

Solicita, uma vez aprovado o presente, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) FUAD NACLI

Apoio: NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ESTANISLAU LESNIEWSKI, ocorrido no dia 23 do corrente, no Município de Araucária. O extinto era exemplar chefe de família e de tradicional geração daquele município.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa da Sr.ª EDVIGE LESNIEWSKI JESS, residente na rua Dr. Vital Brasil n.º 108, Araucária.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações à família INCOTT, pela ordenação, no último domingo, dia 21, do Padre Antônio Incott Filho, no Município de Araucária.

Outrossim, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família Incott, na pessoa do Sr. Antônio Incott (Rua Dr. Victor do Amaral, 1470 - Araucária).

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente contendo votos de congratulações, pela passagem do DIA DO DENTISTA, ao SINDICATO DOS ODONTÓLOGISTAS DO PARANÁ, com sede à Travessa Oliveira Bello, 67, 2.º andar, sala 201, e, ao CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, sito na Rua Cândido Lopes n.º 146, ambos nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

Neste dia em que se comemora o DIA DO DENTISTA, não poderíamos deixar passar despercebido, tendo em vista tratar-se de uma Classe Profissional, que tem dado uma grande parcela de contribuição, para a preservação de nossa saúde, e, grande tem sido o número de profissionais, que têm deixado as grandes cidades, e se deslocado para as pequenas cidades do interior, onde a bem pouco tempo, grande era a caminhada que nossos trabalhadores tinham que fazer, para que se pudessem tratar um dente. Hoje, estes profissionais estão espalhados em todo o Estado, dando seu atendimento através dos Sindicatos, Postos de Saúde, Prefeituras Municipais e Grupos Escolares, dando assim sua contribuição na prevenção e na preservação da saúde de nosso povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidente do INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; INPS - Instituto Nacional de Previdência Social e Ministro da Previdência Social, solicitando urgentes medidas em relação a um melhor atendimento da Previdência Social ao trabalhador rural. E, também, solicitando melhores ordenados aos representantes da Previdência Social, no setor rural.

Requer, outrossim, o envio de expediente, comunicando o teor do presente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação dos Representantes da Previdência Social, Setor Rural, do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) NELTON FRIEDRICH

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão no próximo dia 01 de novembro, a fim de que o expediente seja dedicado aos trabalhos das Comissões.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

aa) ERONDY SILVÉRIO  
NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de solidariedade e voto de apoio aos quinze metalúrgicos demitidos sem justa causa pela Metalúrgica Britânia S/A., localizada em

Curitiba, neste Estado.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Os operários metalúrgicos do Paraná, por livre iniciativa, encetaram uma campanha salarial com seriedade, mostrando com dados concretos que o aumento médio das mercadorias nos últimos seis anos chegou aos 775%, enquanto que o aumento médio dos salários atingiu apenas 630%; o que lhes causou uma diferença perdida, com a inflação dos últimos seis anos, de 145%. Esta diferença se vê aumentar em 35% se considerarmos o aumento de produtividade que lhes cabe por direito.

Diante deste quadro realístico, os metalúrgicos reivindicam, tão somente, um aumento de 85% o que não é aceito pelas empresas, insensíveis, mesmo diante da perda de 95% cabível por lei aos próprios metalúrgicos.

Os metalúrgicos não estão em greve. Querem negociar e dialogar sobre as diferenças pretendidas por ambas as partes. Os metalúrgicos continuam sua campanha salarial entre seus companheiros nas fábricas em que trabalham. E isto levou à atitude radial da Metalúrgica Britânia S/A., em demitir quinze de seus funcionários — o que refutamos não ser justa causa.

A indústria Sperry New Holand, localizada em Curitiba, neste Estado, endurecida diante da reivindicação de seus funcionários, intimida e ameaça os mesmos com notas distribuídas pela gerência. E mais: não permite que os funcionários conversem ou formem grupos de três ou quatro pessoas sob pena de serem dispensados com violência pela segurança da indústria.

Os metalúrgicos não pretendem entrar em greve, querem tão somente o que lhes é de direito; mas são constantemente violentados nestes seus direitos. Quem está provocando o surgimento de uma greve, são as próprias empresas diante de suas atitudes irredutíveis e altamente violentas.

Os Bispos do Paraná, em nota distribuída à imprensa no dia 23 de outubro, se solidarizam com os metalúrgicos demitidos e denuncia como anti-evangélico as demissões e medidas intimidatórias tomadas pelas empresas contra os operários envolvidos nas campanhas pró aumento salarial. E se inspiram no documento de Puebla que diz: "Apoia as aspirações dos operários e agricultores que desejam ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e ao seu futuro, e anima todos na sua superação".

Queremos crer que o homem está acima de qualquer interesse egoísta de crescimento e enriquecimento de uma empresa.

Como tal esperamos ver aceita a proposição dos trabalhadores e a readmissão dos demitidos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o registro nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do editorial "AGRESSÕES À TERRA", publicado pelo jornal "O Estado do Paraná", edição de 24/10/79, quarta-feira.

Trata-se de importantíssimo alerta ao problema da erosão da terra como consequência do uso indiscriminado de defensivos agrícolas. A política agrícola que causa ao agricultor uma obsessão pelo lucro, necessita de uma séria mudança em sua estrutura, pois, é inadmissível uma visão simplesmente imediatista da produção sem uma análise dos graves problemas que ocorrem no setor.

Requer, outrossim, o envio de expediente, comunicando o teor do presente, ao Ilustríssimo Senhor Diretor do jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1979.

a) NELTON FRIEDRICH

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 176/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OÁIS DO AMOR — de Maringá, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1979.

a) AUGUSTO CARNEIRO

## JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE OÁIS DO AMOR de Maringá, com sede na cidade do mesmo nome, é uma Associação Civil, de caráter assistencial e filantrópico, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada.

Tem como fins:

a) Promover o bem-estar individual ou da família, considerada como todo, sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, educacional, recreativa e física.

b) Combater a mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas.

c) Apoiar as demais instituições sociais, estimulando-as a adotarem programas planejados, para maior e melhor prestação de serviços à comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Tavares. Tendo declinado, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira. — (Declina).

Deputado Palácios. — (Declina).

Deputado Paulo Camargo. — (Declina).

Deputado Lázaro Dumont. — (Declina).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Adalberto Daros, inscrito no Grande Expediente.

O SR. ADALBERTO DAROS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Há alguns dias atrás tivemos a oportunidade de usar desta tribuna, para falarmos a respeito de mensagem que o Senhor Governador do Estado mandou a esta Assembléia no que diz respeito aos advogados da Procuradoria Geral do Estado.

E, nesta oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, volto a esta tribuna, para abordar o caso dos advogados do Estado e ao mesmo tempo, fazer uma denúncia que considero grave.

Ainda na gestão anterior, ou seja, do ex-Governador Jayme Canet Júnior, um convênio foi assinado, definindo aos dignos representantes do órgão do Ministério Público o direito de promover executivos fiscais no interior do Estado. Devo dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a atuação dos promotores, diga-se de passagem, tem sido excelente, pois além da maneira capaz, como envolvem as suas atividades e a autoridade que impõem, tem resultado em vantagens para os cofres públicos do Estado.

Todavia, isto causa estranheza, pois, as atividades profissionais dos advogados estão sendo absorvidas por uma outra classe que se deveria cingir exclusivamente à representação social, na iniciativa das ações públicas e na fiscalização da lei.

O que causa espécie ainda, é que um ex-Procurador Geral do Estado — e torno aqui a repetir, o que disse em pronunciamento a esse respeito, alguns dias atrás, que é o mesmo procurador que elaborou uma lista de promoções e deixou uma vaga aberta para si mesmo, estabelecendo imoralíssimo critério de troca-troca na administração, pois, indicou para seu lugar, um substituto e este em seguida o indicou.

Dizia, que esse Procurador propôs, como se sabe, a redução do número de advogados do Estado e assim com um Quadro de pouco mais de 100 bacharéis, não pôde a Procuradoria Geral atender as suas justas finalidades, tendo então o Governador de atribuir aos Promotores, responsabilidades que deveriam, no fundo, lhe pertencer.

É bem verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Artigo 60, da Constituição do Estado, autoriza a representação fiscal aos agentes do Ministério Público no interior, mas "permissa venia", isto subverte a real profissão dos advogados.

Prestando a Procuradoria Geral do Estado assistência judiciária aos menos favorecidos, exerce a consultoria jurídica dos órgãos públicos, atuando com louvor em processos de grande repercussão, está, entretanto, esta entidade do interior, ausente, e assim os promotores públicos a substituem.

Devo lembrar, nesta oportunidade, outro detalhe:

Segundo a Lei n.º 7.074 que deve ser, Senhor Presidente, Senhores Deputados, realmente de grande responsabilidade para esta Casa e principalmente no que diz respeito aos Senhores Deputados que aqui estão de interesse, mas ao que me consta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece não haver muito interesse no que diz respeito aos advogados do Estado, pelo que sinto ao falar neste instante e continuo dizendo que, segundo a Lei n.º 7.074 que reestruturou os Quadros da Procuradoria Geral do Estado, os seus advogados, quando vencedores em ações cíveis e beneficiados com honorários, são obrigados a recolher aos cofres públicos metade das parcelas auferidas. Entretanto, os Promotores nada recolhem.

Observe-se, Senhores Deputados, o cuidado que tenho em ressaltar o trabalho digno dos eminentes senhores representantes do órgão do Ministério Público. Mas note-se, também, a objeção que faço à redução do número de procuradores do Estado. O certo seria, — e aqui vai uma sugestão, — que o quadro fosse ampliado e a carreira de Procuradores se iniciasse pelo interior, à maneira do que acontece no Ministério Público.

Os Procuradores do Estado, com vencimentos equivalentes aos dos Promotores, começariam nas Comarcas interiores e chegariam, após, até a Capital. Com isto, seria preenchida grave lacuna, pois, como se sabe, os juízes sofrem com a falta de condições para nomear um advogado dativo para atender a réus pobres e mesmo ausentes.

Advogados particulares, via da regra, justificadamente, recusam-se a atender gratuitamente, pois, têm escritórios montados e despesas. E quando atendem o fazem, mais por homenagem aos juízes do que, a rigor, por respeito aos acusados. E assim, a justiça criminal vai sendo frustrada nas suas intenções.

Na Capital, entretanto, os órgãos assistenciais de Procuradoria Geral funcionam bem: em todas as Varas Criminais existem advogados especializados; o seu Serviço de Assistência Judiciária, nas Varas de Família, atende a um grande número de pessoas; as repartições públicas estão otimamente representadas. Mas, o Interior? Aonde aparece a Procuradoria? Em lugar nenhum! E ainda se reduziu o número de advogados existentes...

Com esta denúncia, sem dúvida grave, formulo um apelo, — apelo que não será atendido, pois, Ney Braga fecha os ouvidos ao MDB, — para que se reestude o que existe e se transforme a Procuradoria Geral do Estado em órgão atuante, não apenas na Capital como também no interior.

Finalmente, Senhores Deputados, chamo a atenção de todos para o anteprojeto de lei que altera o sistema de promoções na Procuradoria Geral do Estado. Através dessa Mensagem deseja o Governo abrir as portas largas das promoções através dos critérios de antiguidade e de merecimento, submetendo todos ao crivo de um Conselho quando o certo seria aproveitar os excedentes nos cargos vagos ampliando, até, o Quadro atual

de Procuradores, pois, nada justifica o critério de discriminações e ódios imperantes na Procuradoria Geral, graças à administração desastrosa do ex-titular do órgão, Lélis Correa, um homem que sendo advogado conseguiu dividir a classe e deixá-la hoje, nessa lamentável situação em que se encontra.

Espero que o Chefe dos Advogados do Estado, um digno Promotor de Justiça, acolha o apelo e constitua uma Comissão para, junto a todos os Deputados, discutir o assunto, pois, como está é que não pode e nem deve continuar."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao que tudo indica, esta Assembléia além de ter uma campainha, tem um sino. Este sino, ao que me diz respeito, da forma como é tocado, é um desrespeito a esta Assembléia e a quem está na tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

Antes, porém, esta Presidência registra, com satisfação, a presença em plenário do Prefeito Municipal da cidade de Jequié, no Estado da Bahia. Expositor no Parque Castelo Branco de animais da raça "Campani". Campeão nacional de sua raça.

Com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Le): "Art. 1.º — O salário-mínimo é a contra-prestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo empregado, inclusive ao rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador e às de sua família".

"Emenda n.º 1 — Substitutivo de meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro.

Hoje, no Congresso Nacional — que não é, realmente, a cocheira do Planalto, discute-se a nova política salarial, isto é, o Projeto de Lei n.º 26/79, oriundo de mensagem governamental.

Sua textualização, no entanto, como era esperado, partindo de quem a propôs, não oferece luzes ao problema da grande maioria do povo, constituída de trabalhadores e assalariados em geral.

O salário-mínimo permanece intocável, assim como sua correção periódica, necessária para anular a defasagem verificada entre o poder aquisitivo e o aumento ininterrupto, vertiginoso e vergonhoso do custo de vida. O capital, também é intangível e dele não é carregada nenhuma renda para o trabalho. O direito de greve — reconhecido internacionalmente — não foi objeto de quaisquer considerações, permanecendo limitada a negociação direta entre empregados e patrões, além de os funcionários públicos e os beneficiários da Previdência Social serem excluídos das correções periódicas previstas no plano de lei.

Quem, em sã consciência, ou mesmo o cortesão mais fascinado do sistema, se prestaria a contestar que durante essa década e meia de arrocho salarial, de desacertos os mais inexplicáveis no setor da economia, o maior prejudicado, justamente o mais sacrificado é, sem dúvida, o trabalhador, o assalariado, aliás, justamente o que provoca produção?

Os trabalhadores estão sendo enganados desde a fixação do salário-mínimo até a concessão dos reajustamentos dos salários profissionais, estipulados com base em cálculos de reajustamentos de fórmulas por todos ignoradas, quando não, por meio de mecanismos fraudulentos, de manipulações criminosas já denunciadas e, porisso, de pleno domínio público.

Em seu todo, o projeto de lei oferecido pelo Planalto, pretende simplesmente, congelar a participação dos trabalhadores da renda do País. Pondere-se o surgimento de alguns favorecimentos — secundários, é lógico — e estes, foram paridos a ferro, pelas pressões das greves do operariado que têm sacodido a Nação.

Sei da inutilidade, reconheço ser então um apelo à cons-

ciência dos Parlamentares da Situação mas, mesmo assim, não me prestarei ao papel de omissor. Seria demais encarecer maior atenção para o momento atual? Ou então, lhes pergunto o que os força a colocarem-se contra os justos interesses de milhares de famílias brasileiras, espalhando os desumanos, inconfessáveis, excusos e anti-cristãos postulados de uma minoria confessadamente entreguista?

É de determinada publicação, a seguinte análise: "o modelo econômico atingiu o extremo do produtivismo. O produtivismo sustenta-se na poupança forçada. A poupança forçada é a apropriação de parcelas dos salários. Com isso, houve aumento do PNB, do PIB, da renda "per capita", das reservas de divisas, mas melhoraram as condições de vida dos assalariados? As necessidades básicas de alimentação, habitação, transporte, higiene, vestuário, educação, saúde, recreação, estão sendo atendidas satisfatoriamente? Como vivem os 20 milhões de trabalhadores que recebem o salário-mínimo? Como vivem os desempregados, os subempregados? Como vivem os 25 milhões de menores carentes? Que vida levam os aposentados e os pensionistas que a cada ano que passa têm reduzido o valor de seus benefícios? As maiorias ficam esquecidas, engolfadas no tenebroso oceano de sofrimento e de penúria."

Isso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fruto do modelo econômico e social vigente no País. Maldito modelo econômico, responsável pelo surgimento de milhões de "bóias-frias", escravos do século XX, que hoje já se contam aos milhares, e aí estão os latifúndios, os grandes proprietários de áreas imensas, esparramados por este País afora, são os encastelados do Poder, é a minoria que manda em tudo, contra todos que não têm nada.

Exatamente hoje, hoje quando o Governo encaminha, ou melhor, o Congresso Nacional se reunirá para apreciar a Mensagem de reforma das condições salariais do povo brasileiro, é importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados que nós, representantes do povo, eleitos que fomos para defender os seus interesses, paremos um pouco para analisar esta triste, lamentável e sofrida situação dessa classe esquecida, injustiçada, marginalizada, que são os assalariados brasileiros.

Maldito modelo econômico vigente no País, que levou a nossa Nação à indesejável posição de recordista mundial da inflação em todos os tempos.

É mister considerar que em países cujos governos são mais sérios do que o nosso, a conquista do primeiro lugar no campeonato mundial da inflação, quando pouco provocaria a queda de todo o Ministério, ou mesmo a constituição de novos governos.

E aqui no Brasil, o que vemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é exatamente o contrário: é o Governo forte, é um Governo autoritário, é um Governo representativo das minorias, e é um povo sofrido; é um povo cada dia mais abandonado, é um povo ganhando o salário de fome.

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este registro da nossa participação neste dia em que o Congresso Nacional, que não é, repito, a cocheira do Planalto, vai analisar uma mensagem que eu reputo a mensagem mais importante que poderia passar pelo Congresso, neste ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1979, que é exatamente um projeto que visa estudar, analisar, aquilo que mais de essencial nós temos, que é a família, que é a saúde, que é a educação, que é a alimentação dos nossos filhos, que é a alimentação do povo brasileiro que está cansado de sofrer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Consulto à Liderança da ARENA, se vai fazer uso de seu horário reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 57 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — **(Pela ordem)**. — Sr. Presidente, requeiro verificação de "quorum", através de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Deferido. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**(É procedida à chamada nominal).**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — 32 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Há "quorum" para o prosseguimento da sessão.

A Mesa registra, com muita satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Ruben Hegenfritz da Silva, Presidente da COTRIJUI.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/77, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que dá nova redação ao Artigo 141, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970. (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — **(Pela ordem)**. — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — **(Pela ordem)**. Sr. Presidente, antes de Vossa Excelência atender a solicitação do Sr. Deputado Darcy Deitos, requeiro nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa defere e procederá nova chamada nominal.

**(É feita a chamada nominal).**

Responderam à chamada nominal 38 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa procederá a verificação de votação do Projeto de Lei n.º 46/77. A Mesa pede aos Srs. Deputados que tomem seus devidos assentos nas suas bancadas, a fim de facilitar a verificação de votação.

Os nobres Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 46/77, queiram levantar-se. — **(Pausa)**. — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — **(Pausa)**.

15 Srs. Deputados aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado**.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 98/79), que aprova Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1980-82. Parecer FAVORÁVEL da C.O., publicado em avulso. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Para discutir, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mais um conto. A meta é o homem.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o plano plurianual do Governo Ney Braga, e preferimos nós, neste instante, ao analisá-lo quanto à atuação do homem do campo, batizar este plano que não diz claramente para que veio, porque não se definiu o essencial que seria buscar, revolucionar a grave situação do homem do campo.

Ao se elaborar qualquer programação governamental no Estado do Paraná, é impossível não evidenciar a necessidade de dar prioridade a curto prazo, ao grave problema da realidade

agrícola do Estado, especialmente quanto ao quadro de miséria e marginalização em que vive a maioria do nosso povo e a expulsão do homem do campo para fora do seu meio.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, buscamos no Plano Plurianual de Investimentos do Governo, analisar sinteticamente quais as propostas apresentadas para equacionar tal problemática, destacando as respostas alinhadas para fazer frente ao sério desafio da miséria do campo, e da miséria do campo que se transfere para a cidade.

Em resumo, a filosofia do Governo Ney Braga, segundo o Plano Plurianual, pretende consubstanciada em diretrizes, objetivos, programas e subprogramas que buscam estimular — racional e harmonicamente — o desenvolvimento industrial, agro-pastoril, expandindo, ainda, o setor de serviços, **atingir** o interesse humano acima de quaisquer outros fatores. Afinal, a grande meta é o **HOMEM**, colocando — por conseguinte — a pessoa "antes dos equipamentos, das cifras, das obras, as quais serão, conseqüentemente projetadas **a partir da pessoa e em função de suas necessidades**".

Para responder a tão sério e profundo desafio, **diretrizes globais** norteadoras, foram delineadas pelo oficialismo:

**1.ª DIRETRIZ GLOBAL** — Aumentar a RENDA PESSOAL do paranaense; a) gerando empregos em todas as áreas produtivas; b) melhorando a capacitação profissional; c) ampliando o desenvolvimento industrial; d) apoiando o pequeno produtor rural e a agricultura comercial; e) com o aproveitamento dos benefícios resultantes da ampliação da oferta de serviços de educação, assistência médico-hospitalar, saneamento e nutrição.

**2.ª DIRETRIZ:** incrementar e difundir o Bem-Estar em todo o território paranaense, de modo a distribuir especialmente os frutos do desenvolvimento, para que não fiquem restritos às metrópoles e sim alcancem as médias e pequenas cidades.

**3.ª DIRETRIZ:** desenvolvimento cultural — de modo a interiorizar e descentralizar as manifestações culturais, inclusive valorizando e estimulando as denominadas expressões mais autênticas da alma popular.

**4.ª DIRETRIZ:** aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica e social. Pretende-se definir estratégia para o desenvolvimento futuro e desde agora estabelecer contribuições destinadas a solucionar os problemas a serem enfrentados nas próximas décadas.

**5.ª DIRETRIZ:** adequar e aperfeiçoar a ESTRUTURA DO SETOR PÚBLICO — para implementar os programas projetados, pretende-se modernizar e tornar mais eficiente o setor público (quer quanto a responder às reivindicações infra-estruturais, como as de serviços básicos essenciais ao desenvolvimento social e econômico).

**6.ª DIRETRIZ:** intensificar a participação paranaense no esforço nacional de desenvolvimento. Tem o propósito de **ampliar** a geração de divisas e aumentar o abastecimento alimentar da população, em razão da nossa vocação agro-pastoril, além de buscar mais intensamente o aproveitamento das potencialidades do Estado e possibilidades de descentralização e diversificação do parque industrial brasileiro. Acresce-se, por fim, que tudo que se pretende ativar será feito sempre em consonância, integração e complementação de ações entre União, Estado, Municípios e comunidades.

É o que propõe, em suma, o Governo Ney Braga.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná e o Brasil inteiro hoje sabem da projeção econômica do Estado, mas também sabem do desajuste social do seu povo. E por isso, entendemos que, efetivamente, ao Estado moderno cabe corresponder no plano de organização geral, de estímulo e incentivos e de complementação econômica, aos interesses da produção econômica na forma como a sociedade se estrutura. E deve preparar a administração pública, de todos os aparelhos de Estado, a

essa tarefa. Mas, a sociedade do nosso tempo está despertando para a necessidade e responsabilidade de desenvolvimento econômico e social, terminando a idéia mercantilista e mecanicista de que o desenvolvimento econômico leva ao desenvolvimento social.

O atual Governo diz que está consciente disto. Mas não prova este fato. E tanto não prova este fato que passaremos, pois, neste instante, ao se dedicar à proposição aqui feita, na abertura desta análise, para que se pare um pouco e possamos refletir o plano plurianual e a situação do campo, a situação do agricultor paranaense, em especial do trabalhador rural.

Cabe-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisar o aspecto da agricultura, com destaque para o setor mais marginalizado, o pequeno produtor rural. E sem maiores pretensões, eis o nosso questionamento.

Não há dúvida que são dois grandes e graves problemas do Paraná a exigirem nossa especial atenção. Primeiro, a expulsão do homem do campo para fora do seu meio, indo para o Paraguai, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, Curitiba e para outras cidades. Segundo, o quadro de miséria e marginalização em que vive a maioria do nosso povo, nas áreas rurais e na periferia das grandes cidades, abandonado pela própria segurança social.

E quanto ao trabalhador rural, em especial este quadro se aproxima, num País pobre como o Brasil, do paupérrimo Estado do Piauí; somos um Estado fundamentalmente agrário e acentuadamente agrícola e somos um Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos um Estado em pauperização, em reversão demográfica.

Ante tal angustiante realidade indaga-se, — como o Governo atual do Paraná poderá resolver o grave problema da expulsão do homem do campo? Como o Governo atual do Paraná, poderá resolver o problema do empobrecimento e do êxodo rural do pequeno proprietário e do trabalhador rural? E o problema da instabilidade do sistema produtivo, como poderá garantir a produção com produtividade suficiente?

Mas são mais as indagações que surgem neste questionamento. Como poderá o Governo de nosso Estado definir uma política urbana que ofereça e garanta condições de vida à população que se instala na periferia das cidades, em busca das condições de trabalho? Populações estas escorraçadas do campo e atraídas para a vida moderna?

Todos sabemos que na área rural há duas relações inseparáveis no que diz respeito à produção. A primeira é a propriedade, posse dos meios de produção. A segunda, as relações de produção, particularmente as relações de trabalho.

E neste pormenor indaga-se, como poderá agir o Governo na questão da terra, o principal meio de produção? Apenas legalizando lotes de posseiros, para que a sua imagem se projete? A imagem do homem de boa vontade? Mas são 470.000 mil propriedades rurais do Paraná, das quais a grande maioria se compõe de pequenas e médias propriedades?

Outra indagação que nos surge, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao analisar este plano plurianual, o que poderá fazer o Governo do Estado no meio rural? Deve, antes de mais nada, posicionar-se a respeito de algumas questões:

Qual é a política agrária do Governo Ney Braga? A favor ou contra a concentração da terra? É pela imposição fiscal e tributária contra a grande propriedade mal explorada ou não?

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob pena de estarmos divorciados da realidade e, prestando um desserviço ao nosso povo, é que estamos fazendo tais indagações.

Afinal, qual é a política agrária do Governo Ney Braga? É a favor da concentração da terra? É a favor de uma imposição fiscal e tributária contra a grande propriedade mal explorada?

Vejam, Sr. Presidente, o latifúndio modelo. O Paraná,

ainda pode, quanto à utilização de terra ou área rural, ser dividido em duas colocações sérias: a área mais desenvolvida, onde se conseguiu valor social mais alto na produção; e as áreas intermediárias. E aí surge uma colocação, as áreas atrasadas.

Portanto, nesta divisão, áreas mais desenvolvidas, áreas intermediárias e áreas atrasadas.

Este é o quadro da situação agrária e fundiária do Paraná.

Por exemplo: temos áreas mais desenvolvidas, onde se cuida e se cultiva a soja, o trigo, o café, bovinoculturas, suinoculturas, algodão, arroz etc.

O grau de desenvolvimento técnico, de utilização da força de trabalho e de meios e instrumentos corresponde à nível razoável das relações de trabalho.

Infelizmente, somos obrigados a chamar tais áreas de bolsões desenvolvidos, dentro de áreas que, pela existência desses bolsões, passam a ser denominadas áreas de riqueza. Poderíamos incluir nesses bolsões desenvolvidos ou áreas de riqueza, frações do Oeste, do Sudoeste e do Norte do Paraná.

Tais bolsões de desenvolvimento relativo, têm sido usados para justificar a política ruralista. E isto é grave, e aí uma grande distorção: em cima de determinados bolsões desenvolvidos que são apenas parcelas do Estado, é que se justifica toda a política rural implantada neste Estado.

O restante do Paraná, a grande área do Estado pertence ao segundo e terceiros grupos de propriedades, das chamadas áreas intermediárias e das áreas atrasadas.

Se é verdade, Sr. Presidente, se é verdade que a extensão de propriedade não é a causa direta de seu aproveitamento racional, no Paraná e no Brasil, a terra ainda é chamada de capital-terra, em razão do poder e da política econômica e creditícia que confere ao latifúndio o privilégio senhorial e o crédito feito para falsos empresariamentos e especulações com financiamentos e créditos baratos e acomodados.

E os erros se repetem, a nível estadual e federal, e agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais do que nunca, neste pacote agrícola a nível federal, o eixo de incentivo à agricultura, é tão e estritamente o eixo creditício, e isso, Sr. Presidente, nos preocupa e sobre esta questão nós, neste instante, queremos transcrever um comentário do Boletim de Análise Conjuntural do IPARDES, volume I, recentemente publicado, para desmentir, para desmentir, que o crédito irá efetivamente, em grande parte, para o pequeno produtor rural.

É mais uma enganação de tantas que as posições "delfinianas" se fizeram, neste País.

Diz este Boletim de Análise Conjuntural:

"Em termos de perspectiva da atividade agrícola paranaense, a qual representa importante papel na economia estadual e nacional, cabe ressaltar a definição da política de crescimento agrícola apontada pelo Governo Federal, como meta prioritária a ser atingida em sua Administração, visando, assim, conter o processo inflacionário e reduzir o déficit em conta-corrente no País.

Para atingir tal objetivo, algumas medidas contidas no "pacote agrícola" buscam eliminar entraves existentes para o aumento da produção e comercialização agrícola, sendo que, a pretensão maior é atingir, principalmente, os produtores de menor porte. Destacam-se, entre estas medidas, a elevada injeção de crédito ao setor, a reformulação do sistema de seguro de crédito agrícola e mais recentemente, o estabelecimento de preços mínimos considerados estimulantes.

Com relação a essas medidas de política governamental, principalmente a que se refere ao crédito rural, faz-se oportuno algumas considerações a respeito de possíveis distorções que possam ocorrer na sua operacionalização, o que poderia afetar sensivelmente os resultados esperados."

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda ontem, em cadeia nacional, ouvíamos mais uma vez a repetição de que o crédito será abundante e fácil, em especial ao pequeno produtor. Mas eu



continuo com a análise deste Boletim Informativo:

"De acordo com o "pacote agrícola", para efeito de concessão de crédito, os produtores serão classificados em mini, pequenos, médios e grandes, segundo o critério de valor da produção."

Eis aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se fala em dar crédito rápido e abundante ao pequeno, médio e mini produtores rurais, está se farsando com a verdade porque o crédito será concedido, segundo o critério do valor da produção; o valor da produção, normalmente está vinculado ao tamanho da propriedade e estas, de modo geral, tanto no Paraná quanto no Brasil, enquadram os produtores das categorias de mini e pequenos. Constata-se, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma distorção em termos de distribuição do crédito, uma vez que — e aqui os números falam alto — apenas e tão somente 25% desses recursos que se alardeiam agora no Brasil inteiro se destinarão à grande maioria dos produtores agrícolas que são os mini e pequenos produtores rurais, que são os responsáveis, estes sim, pela parcela mais significativa da produção destinada basicamente ao mercado interno, à produção alimentar do Brasil.

Eis aqui a distorção, eis aqui a parcialidade, a injustiça nesse setor: enquanto 25% dos recursos de crédito agrícola agora alardeados pelo Governo, mas, serão destinados aos mini e pequenos, em contrapartida, 75% do crédito beneficiará os médios e grandes produtores os quais representam pequena proporção do número de produtores, e estão voltados principalmente à produção para o mercado externo. Parece-me, Sr. Presidente, está aí um dado claro, significativo e inquestionável e acaba se desmistificando essa imagem que se faz agora de "encher a panela do povo", principalmente com a injeção de recursos creditícios e ainda mais, em especial, para os pequenos e médios proprietários, quando, 25% desses recursos tão somente, irão para os mini e pequenos proprietários.

Ressalta-se ainda, complementando o trabalho deste Boletim Informativo sendo o valor maior da produção, eis o detalhe, sendo o valor da produção o critério de classificação para concessão de crédito, existe a possibilidade de que proprietários de latifúndios improdutivos utilizem-se desta faixa de financiamento dado que o valor de sua produção pode enquadrar-se nos critérios de mini e pequenos produtores. E mais uma vez, por certo, nós estaremos diante das operações papel, já tão comuns nas instituições de crédito oficiais ou particulares deste País.

Por isso nós precisamos trazer esses dados e essa realidade para que não se tenta agora, quando se fala: a meta é o homem e em especial, o pequeno produtor paranaense, o grande marginalizado que compõe a grande maioria da sua população não se façam colocações enganosas, como se faz a nível de política oficial, de política federal, de Delfim Neto e outros deste País.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, analisemos rapidamente, ainda quanto ao quadro da situação do homem do campo: o problema da produção. O modelo de produção no País e também, por conseguinte, no Paraná, merece uma análise bastante reflexiva.

Vê-se que toda política rural do Governo vem acelerando um modelo de produção. Toda política rural do Governo, vem acelerando um modelo de produção, de financiamentos e de crédito e também de comercialização que leva todos os produtores rurais numa mesma direção:

1 — a produção extensiva que é a monocultura;

2 — a produção intensiva, através da técnica, mas sempre dirigidas tais produções para o mercado externo e alguns estímulos insuficientes aos produtores sem atração no mercado internacional.

Com essa política, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a política da monocultura e da tecnologia avançada e moderna, os monopólios internacionais e nacionais, é que decidem

distribuição e preços dando ao produtor associado ao Governo, como ao consumidor, às vezes, com intervenção do próprio Governo.

Portanto, o modelo de produção, no momento em que se define pela produção extensiva e intensiva e com poucos estímulos aos demais produtos de atração no mercado interno, está tão somente tal modelo servindo aos monopólios internacionais e aos próprios monopólios nacionais que acabam controlando a situação. De qualquer forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a política rural do Governo vem apontando um modelo de produção, de financiamento e crédito e de comercialização que efetivamente leva todos os produtores rurais na mesma direção.

O sistema de produção brasileiro é de tipo monopolista, estimulado pelo Governo e isto tanto é incompatível com a liberdade de produção, como com a liberdade de consumo e inclusive a presença das cooperativas que a princípio poderiam libertar esta situação, não altera, ao contrário, reforça essa situação, devido a forma e complementariedade de sua ação dependente e também monopolizadora.

Nas condições do sub-desenvolvimento brasileiro, o nosso Estado, em que pesem as aparências, é duplamente sub-desenvolvido e inclusive, duplamente dependente.

Não está no centro da decisão e realiza atividade complementar, primária e exportadora, não participamos das decisões da política agrícola brasileira.

Nós realizamos a atividade de produção primária exportadora, produzimos para exportar, não para alimentar.

Os pequenos e médios produtores estão se dedicando à monocultura, deixando de lado de prover suas próprias subsistências, e de um outro sujeitam-se à chamada modernização técnica.

Assim, perdem as condições de garantir seu próprio sustento a um custo baixo e são iludidos a comprar máquinas, equipamentos, insumos acima da produtividade e rentabilidade de seu meio produtivo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outras questões gerais precisam ser evidenciadas. E, neste instante, em cima do que já foi exposto, entendemos que o Governo do Paraná terá que estabelecer uma estratégia aqui e agora para enfrentar o êxodo rural e a pauperização do nosso povo, tanto na área rural quanto na área urbana.

Repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não há dúvida, diante da realidade angustiante do Estado e da situação do seu povo, o nosso Governo deveria ter estabelecido uma estratégia para enfrentar o êxodo rural e a pauperização do nosso povo, tanto na área rural como na urbana. Porque vale ressaltar, de nada adianta jogar os problemas para o Governo Federal, porque a linha estratégica atual aponta mais para reforçar as distorções de concentração de propriedade, de sufoco ao pequeno produtor, do envolvimento do trabalho frente ao capital especulativo, na exaltação da exportação dos produtos primários, ou mesmo de manufaturados que não geram até impostos destinados a obras sociais.

São enormes as distorções e elas estão cada vez mais sendo aguçadas. E neste ponto e neste instante, o Governo atual é incoerente; o Governo através desse aspecto em se analisando o Plano Plurianual quanto ao homem do campo, quanto ao pequeno proprietário é efetivamente contraditório, pois deseja fazer coisas paradoxais. Deseja o Governo Ney Braga apoiar a política federal no setor agrícola, política de Delfim Neto, e também deseja apoiar e promover o pequeno produtor e trabalhador rural. As contradições estão claras e efetivas.

Ora, Sr. Presidente, se a linha dorsal e estratégica da atual política federal reforça as distorções de concentração de propriedades, do sufoco ao pequeno produtor, do envolvimento do trabalho frente ao capital especulativo, na exaltação, na exportação de produtos primários ou até manufaturados, como é pos-

sível fazer as duas coisas? Atender a esta determinação oficial federal, que significa ampliar as distorções e também querer promover socialmente o pequeno produtor rural e o trabalhador rural em si.

Nenhum programa econômico para apoio e estímulo ao trabalho do produtor direto, proprietário ou assalariado que vive a sustentar o pequeno produtor proprietário ou instalar ou alocar os trabalhadores rurais em áreas menos desenvolvidas, embora o estatuto da terra permita o movimento neste sentido. Não há nenhuma definição; não há nenhuma colocação. Não se busca, inclusive utilizar esses próprios expedientes do Estatuto da Terra para poder movimentar-se nesse setor.

Mas, não fica só aí. Os organismos de apoio, os organismos de apoio e assistência rural do Paraná funcionam cada vez mais ajustados aos interesses monopolistas; cada vez mais os organismos que buscam o apoio e assistência rural em nosso Estado, estão acabando por estimular o mau uso da terra, definindo a produção ou a maneira de produzir ou de criar, e inclusive definindo a utilização de máquinas, equipamentos e insumos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e neste instante ficamos perplexos, porque, Sr. Presidente, há inúmeros estudos em toda a parte em todo o mundo, sobre a agricultura natural, cultura animal natural e utilização de defesas naturais.

Mas, existindo tantos estudos sérios, não são aproveitados ou são intencionalmente ignorados. Mesmo nas gavetas da EMBRAPA, da EMATER, nas gavetas das escolas de agronomia, de veterinária, existem inúmeros estudos, análises e projetos sobre a agricultura natural, cultura animal, utilização de defesas naturais. No entanto, os organismos de apoio e assistência rural de nosso Estado, continuam de uma maneira direcionalmente colocada, se preocupando quase que exclusivamente com o estímulo do uso da terra, como se faz até agora, definindo produção, maneira de produzir, criar, utilização de máquinas, equipamentos e insumos defensivos e toda esta parafernalia tecnológica, química e que vem, aos poucos, transformando o nosso Estado num Estado que está diminuindo a produtividade de seu solo.

**O Sr. Deni Schwartz** — Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Friedrich, Vossa Excelência traz na discussão sobre o aspecto da agricultura, aspecto fundamental para nossa economia, uma contribuição valiosa. Valiosa principalmente para convencermos-nos mais ainda de que o plano apresentado pelo Sr. Governador do Estado é completamente utópico. Na verdade, conhecemos a doença de nosso Estado, mas não temos nem coragem e nem poderes para curá-la. Não temos coragem porque se a tivéssemos, nós não diríamos que iríamos para o partido do João. Pelo contrário, iríamos derrubar o Governo do João. Iríamos pegar os 8% da população brasileira, que está no Paraná, sendo massacrada pelo Governo Federal, e iríamos dizer um "basta!" Iríamos pegar a população que produz 17% das divisas deste País e iríamos dizer ao Governo do João: "basta!" Tenho a certeza que outros Estados iriam nos apoiar.

A grande verdade é o sabugismo político deste nosso Estado. O nosso Estado está virando ilha; porque as grandes estradas, para dar um exemplo, só um exemplo, que atravessam o Brasil, elas chegam no Paraná, e começam além fronteiras. A Transbrasiliana, chega em União da Vitória, na fronteira, pára, recomeça em São Paulo e vai até Belém e do Pará. A 101, termina no Garuva e recomeça em São Paulo, não atravessa o Paraná. A estrada que vem do Rio Grande do Sul, a Irai, Maravilha, pára na divisa de Santa Catarina e não recomeça no Paraná; o faz em Campo Grande, no Mato Grosso.

Realmente, nós nos vangloriamos de coisas vãs. É um Governo que diz que tem cinco mil quilômetros de estradas de rodagem, contra apenas três mil feitas pelo Governo Fe-

deral, como se isto fosse uma vantagem. E ainda o Sr. Secretário do Planejamento com orgulho nos mostra um mapa que demonstra o sabugismo do paranaense, porque no Rio Grande do Sul, tem cinco mil quilômetros federais, somente dois mil estaduais.

Temos cinco mil estaduais, porque fomos sabujos; nós não temos universidades federalizadas, a não ser a Universidade Federal do Paraná que é a mais antiga deste País. Esse sabugismo do paranaense, faz com que não tenhamos a coragem de realmente implantarmos um plano que pode ser até a constatação real dos remédios necessários. Mas não temos coragem de medicar o doente. Nós não temos poderes. Não temos poderes porque o Estado não existe dentro da Federação. Na verdade, a Federação não existe. Existe o Poder Central que manda em tudo. Por isso, realmente, conhecemos a doença, mas não temos nem coragem e nem poderes para curá-la. Coragem teríamos, repito, se fizéssemos um movimento para derrubar o João e seu sistema; coragem teríamos, se pudéssemos gritar bem alto, que oito por cento da população brasileira, está no Paraná, marginalizada da sociedade brasileira; e dezessete por cento das divisas que aqui geramos, realmente, tem força. Infelizmente não temos coragem e não temos poder.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Ilustre Deputado, agradeço o seu aparte.

E pela seriedade e inclusive, clareza, por mais cáustica que seja, e não há a menor dúvida. Enquanto nós ficarmos nesta de uma subserviência, se preocupando em participar do Poder mas não estar no Poder para promover o povo, de nada resolverão reformas partidárias, novos Governos, novos Presidentes da República, porque a espinha dorçal permanece, infelizmente, esta é a triste realidade. E a coisa se angustia mais quando Vossa Excelência coloca que dezessete por cento da exportação primária do Brasil, dezessete por cento, são gerados aqui no Paraná. No entanto, — e aí estão os dados e aqui tem que se cansar até de repetir: — que o Paraná tem uma das piores rendas "per capita" do homem do campo de todo o Brasil. As contradições estão claras. E é preciso portanto se definir: — ou estar-se com o João, ou estar-se com o Governo, ou estar-se com o povo, que está aí clamando por justiça e por maior segurança social. Por isso, Deputado, eu não prefiro o João do Poder; eu fico nesta tribuna e aonde estiver, com o João sem terra, o João "bóia-fria", o João marceneiro, o João assalariado, o João explorado.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência aproveita uma das oportunidades raras, para discutir um problema de estrutura paranaense, a estrutura fundiária paranaense. Que, se nós formos recorrer à história, nós vamos ter o retrato da própria história do Brasil. As coisas sempre vindo de cima para baixo, com determinação do Poder, para beneficiar aqueles que estão na mesma mesa do Poder. E na verdade, Vossa Excelência faz muito bem, uma crítica que eu confesso a Vossa Excelência, que não tinha tido possibilidade de fazer uma crítica, como Vossa Excelência faz da tribuna, apesar do meu desejo de fazer isso. Porque...

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Há sempre banquete nas minorias e miséria nos restos dos banquetes dessa minoria.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — ... Deputado, a situação do Paraná, hoje, eu poderia dizer, colaborando com esse modesto aparte, que o Paraná está se desvestindo, está entregando a sua roupa, ficando nu, na presença do Brasil, com todas as divisas que o Paraná fornece para os cofres da Nação. E criando uma miséria periférica em toda esta grande Curitiba. Esta concentração desordenada da população rural que corre para a cidade. Não há, no plano do Governo, a não ser no papel, uma estrutura básica, fundamental, uma revolução básica, necessária, na terra. E vamos citar exemplo: onde tem uma estrutura adequada



disciplinada, planejada, para coordenar o desenvolvimento no litoral, no noroeste, no sudoeste, no sul, onde problemas surgem a todo momento? Aqui, nas portas do Palácio Iguazu, e na Capital também, e não vemos no plano do Governo nenhuma preocupação com o homem, a não ser uma preocupação formal, de papel, e vou mais longe, Deputado, nas regiões que estão sendo desalojadas, está causando um dos maiores fenômenos populacionais do Estado, o êxodo rural.

Eu pergunto: onde está o programa do Governo para colocar infra-estrutura a nível de ensino e a nível de desdobramento do processo econômico secundário, a industrialização setorializada?

Não vi no plano do Governo nenhuma política verdadeiramente objetiva nesse sentido.

E realmente Vossa Excelência tem razão. Nós poderíamos começar pela agricultura, pelo sistema da estruturação e da distribuição das terras. Lá na Colônia São Pedro, quantas vezes Parlamentares do Governo vieram defender que estava já resolvido o problema fundiário, o problema das posses de terras no Paraná, e que isto só vai ser resolvido — e aqui vou parafrasear — o Deputado José Tavares "que a nível de polícia não acredito" — como eu também, hoje, não acredito na polícia do Paraná, não acredito na política fundiária do Governo e nem na solução do problema de posse de terras, porque lá no Município de Cascavel, lá no Município de São Miguel do Iguazu, lá no Município de Medianeira, lá no Município de Toledo, em todos os municípios praticamente, do oeste do Paraná, nenhuma solução objetiva.

E para que esse ITC? Para dar empregos, é um cabide de empregos, que até agora não resolveu problema nenhum, apesar das coordenações feitas em comunhão com o INCRA, e que não resolveram os problemas.

Deputado, apenas para prestar uma homenagem a Vossa Excelência e tributar o meu respeito pelo pronunciamento que Vossa Excelência faz, com seriedade, desta tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, e me cabe acrescentar, Deputado Fidelcino Tolentino, que o atrelamento é natural. A política agrícola do Estado, atrela-se à política agrícola do Governo Federal, e a política agrícola do Governo Federal está atrelada aos monopólios internacionais.

Portanto, este é o quadro, e essa é a grande singularidade da coisa.

E aí as expectativas passam a ser rarefeitas, e nós passamos a nos angustiar cada vez mais, porque as soluções sociais cada vez mais se distanciam daquilo que nós gostaríamos que acontecesse.

E a prova, nobre Deputado, é de que cada metro quadrado plantado no País, hoje, é plantado para colher dinheiro, não para colher alimentos.

Porque a agricultura é dirigida para a exportação, porque temos uma dívida externa, e sabemos que nós não vamos pagar dívida externa com a produção de soja e de outros alimentos, porque, nenhum País vai fazer isso, pagar uma dívida como nós temos, com o seu povo passando fome.

Nós pagaremos essa dívida quando o povo brasileiro estiver bem alimentado, e não pagaremos vendendo o nosso solo para o interesse multinacional, que está aí, tornando o nosso solo imprestável, através de uma parafernália química, extremamente denunciada, ainda agora, esta semana, pelo Congresso de Agronomia que se faz nesta Capital, e que, infelizmente, os grandes ausentes foram os políticos brasileiros.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, só para colocar. Este problema da dívida externa, eu já tenho enfatizado, e quero que os Anais da Casa registrem a minha posição pessoal, e que já, hoje, tenho a satisfação de receber até pensamentos idênticos a esse, por pessoas respeitáveis do País. É a declaração de que o Brasil nada deve para o capitalismo internacional. O Brasil tinha que declarar que não deve para nin-

guém, e começar a partir de um programa voltado para a economia interna e para o desenvolvimento do povo brasileiro, e não para o capitalismo internacional.

Isso outros países ousaram fazer, a Rússia, a Alemanha e outros mais fizeram no passado. A própria China fez isso, e o Brasil precisava radicalizar, tomar uma posição realmente nacionalista, não voltada para o sabujismo do capital internacional.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu continuo, Sr. Presidente.

Eu fazia a análise de que, inclusive, sente-se que os próprios organismos de apoio e assistência dos Estados brasileiros e então não foge o Paraná, estão mais a serviço desta linha programática e definida de uma modernização tecnológica imprópria à nossa realidade e às nossas próprias necessidades.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, basta ver a nossa região — está provado no mundo inteiro que, terras de boa qualidade não necessitam de corretivos químicos, não necessitam inclusive de fertilizantes químicos; plantas saudáveis não necessitam de defensivos químicos, salvo algumas ocorrências eventuais; criação saudável, necessita vacinação e controle, ração natural e instalações não sofisticadas. Impõe-se, mais do que nunca, uma atitude naturalmente adequada aos objetivos e às condições de produção desta nossa Pátria, e inclusive, vamos mais longe, Sr. Presidente: a utilização de máquinas e implementos, equipamentos e métodos não é uma questão universal, tem que ser vista, segundo as condições do meio e seus recursos. Porque a verdade precisa ser dita, Sr. Presidente, levar um pequeno produtor a abandonar a sua luta e faina por u'a máquina, no Brasil, é crime; levar o pequeno produtor a jogar fertilizantes em cima de solo rico; também é crime; levar o pequeno produtor a esparramar defensivos e inclusive defensivos muitas vezes não testados, sem correta avaliação, é crime, é levá-los à ruína e à própria falência porque cria um círculo vicioso, o círculo vicioso da dependência, o círculo vicioso da descapitalização, do endividamento, do uso de tecnologia desequilibrada para a sua atividade e o seu tamanho de terra e esparramando, como eu disse, defensivos químicos que estão envenenando o nosso solo, como o exemplo que nós tivemos do DDT proibido na Alemanha, proibidas as fábricas nos países de origem, as fábricas transmudaram-se para o Brasil e vieram se instalar aqui, porque lá, estava proibido o produto e a sua fabricação, e vieram aqui, com o incentivo do Governo, implantar a fabricação e estão aí, espalhadas e esparramadas no solo brasileiro, envenenando o solo e a sua população!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também é crime enganar o trabalhador rural, o pequeno e médio produtor rural, levando-o a aceitar uma política econômica contra os seus interesses, e os interesses nacionais, levá-los ao engodo da política de exportação, da política agrária e agrícola das culturas sofisticadas e técnicas sofisticadas que o espoliam e empobrecem, também é crime!

Ninguém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ninguém pode ajudar técnica e socialmente os pequenos e médios produtores, proprietários ou não, sem reavaliar todo o conjunto da produção e das relações de produção existentes.

Enfim, como se quer atender o trabalhador rural, quando a política econômica é dirigida contra os seus interesses e os interesses nacionais? Porque, se a política agrícola estivesse voltada aos interesses nacionais e do pequeno proprietário rural do pequeno produtor, nós teríamos comida em abundância na mesa do brasileiro e não estaríamos gastando só este ano, mais de dois bilhões de dólares na importação de comida, num dos países, com uma das maiores áreas produtivas do mundo.

E neste instante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que eu faço uma indagação a esta Casa, ao Governo e ao Paraná. Ao lado de quem fica o Governo Ney Braga? Ao lado de quem fica o Governador Ney Braga? Ao lado de quem fica o plano governamental?

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte?  
**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Ao lado do povo, do produtor e trabalhador rural, ou ao lado do Governo Federal e do sistema espoliativo e multinacionalista?

Eu repito, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao lado de quem fica o Governo Ney Braga? Do povo, do produtor e trabalhador rural, ou ao lado do Governo Federal, da sua política agrícola, da sua política econômica, do sistema espoliativo e multinacionalista?

Tem o aparte, o nobre Deputado.

**O Sr. Erondy Silvério** — Agradeço Vossa Excelência. Antes me desculpo pela interrupção, mas ao contrário do que Vossa Excelência pensa, devido a alguns tumultos gerados na Casa, venho acompanhando desde o início o discurso de Vossa Excelência.

Não quis interrompê-lo, porque efetivamente a tese abraçada por Vossa Excelência, é legítima, é válida, é nacionalista. Mas Vossa Excelência está estabelecendo uma conotação que não existe, Vossa Excelência está discutindo orçamento, investimento plurianual do Estado e Vossa Excelência está fazendo críticas aliás, justíssimas, à política agrária, creditícia do Governo, mas do Governo Federal. Vossa Excelência sabe que todo esse enfoque dado ao discurso de Vossa Excelência, é área exclusivamente jurisdicionada ao Governo Federal. Agora, eu apenas interrompi o brilhante discurso de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência pergunta ao lado de quem fica Ney Braga? Se ao lado do trabalhador agrário, ou se ao lado da política espoliativa do Governo Federal.

Quero responder a Vossa Excelência que Ney Braga fica onde sempre esteve. Ao lado do povo e Vossa Excelência há de entender que infelizmente nós vivemos num regime federativo, sob uma legislação tributária que não é a ideal e nem é a desejada pelos governadores dos estados e pelos prefeitos das cidades brasileiras, mas que, infelizmente, ainda não houve condições de alterar essa legislação. Nem o Partido de Vossa Excelência, mesmo ajudado pela ARENA, conseguiu alterar essa legislação.

Então é evidente que nessas questões administrativas, no segmento de uma política administrativa, principalmente a agrícola, a creditícia, é evidente que os governos dos estados, não o Governador Ney Braga, mas os governos dos estados do Brasil têm efetivamente que ficar, não ao lado, mas pelo menos junjido à política do Governo Federal, mas administrativamente, politicamente, Vossa Excelência sabe que Ney Braga sempre esteve ao lado do povo e continuará.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Agradeço o aparte, ilustre Deputado, mas me permita fazer uma colocação.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa informa ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Obrigado, Sr. Presidente. Respondendo rapidamente, ilustre Deputado, gostaria de colocar que não se resolve o problema, jogando ao Governo Federal as culpas. Ou começamos a reagir, ou iremos juntos, porque estamos na mesma canoa, porque as contradições que levanto, é porque há que se definir. É impossível ficar atrelado à política governamental oficial, federal, e querer também promover efetivamente o homem a nível de proprietário rural no Paraná, porque há contradições e os paradoxos. Uma é dirigida à exportação e a outra quer voltar-se ao homem.

Mas como, Sr. Presidente, Senhores Deputados?

É por isso que nós fizemos essa colocação. Há que se definir o Governo e eu realmente não acredito muito porque os governos neste País têm tido a grande habilidade de repetir as linhas de política econômica, agrícola, social, política e cultural. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento dizia que a prioridade era o homem. Jayme Canet Júnior dizia que a prioridade é o homem paranaense. Ney Braga diz que a meta é o

homem. E o povo brasileiro empobrece, o agricultor está sendo expulso do campo, a miséria do campo está se mudando para a miséria da cidade e a meta é o homem!

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite mais um aparte? **(Assentimento)**

Apenas para situar Vossa Excelência, que não era Deputado na Legislatura passada, mas que acompanhou efetivamente a política do Paraná.

Quando Vossa Excelência diz que Canet afirmava que a sua meta era o homem, e que entretanto deixou de cumprir a sua meta, Vossa Excelência está incorrendo num equívoco, porque um Governo que constrói seis mil salas de aula, num período governamental, em todo o Estado, tem efetivamente como meta o homem. Isto é indelével e inegável. Vossa Excelência há de convir comigo, como todo o Paraná.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Ilustre Deputado, eu só lhe digo que quem construiu seis mil salas de aula e os professores em greve atesta toda a meta do Governo Jayme Canet.

**O Sr. Erondy Silvério** — Isso é outro problema.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Eu concluo, Sr. Presidente, rapidamente, para dizer. E pretendia aqui fazer um estudo do sub-programa da assistência técnica ao pequeno produtor rural, porque é exatamente é sair da análise do geral para ficar com o particular; para do genérico chegar ao específico.

Mas já que me é impossível pela falta de tempo, é preciso tão somente concluir e dizer: As propostas que se pretendem solucionadoras são acanhadas e vagas, e quando não claramente embasadas nos mesmos métodos objetivos utilizados até o presente, sem uma alteração substancial, sem uma proposição revolucionária ou ao menos efetivamente renovadora.

Há, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para concluir, no alinhamento de ação do Governo, de maneira intrínseca: primeiro, uma definição para a continuidade da política de exportação. Afinal, o Paraná no setor primário responde por 17% das exportações brasileiras e pretende ampliar a geração de divisas; b) uma política agrária agrícola sem inovações e c) seqüência de culturas e técnicas sofisticadas que acabam espoliando e empobrecendo o pequeno produtor rural.

Urge, Sr. Presidente, Srs. Deputados, profundas soluções e aqui concluo. Há que se definir uma alternativa: o programa de ajuda e promoção técnico-social dirigido ao pequeno e médio produtor, proprietário ou não, avaliando-se seriamente todo o conjunto de produção e das relações de produção existente.

É incoerente, portanto, o Governo, quando pretende apoiar a política do Governo Federal, a política de Delfim e apoiar e promover o pequeno produtor rural.

E por esta razão, neste sentido e neste setor que é o mais grave e desequilibrado socialmente do Paraná, de terríveis tensões sociais, que é a situação do campo e os contrastes aviltantes, o programa, o Plano Plurianual não soluciona, não corresponde às expectativas. Portanto, para mim, não é bom e não serve.

E eu me reservo votar contrariamente, não ao Plano em si, mas para que tenha este voto o sentido de protesto, porque não vejo solução a situação do pequeno e médio produtor rural, principalmente do trabalhador rural através dos planos de um Governo que diz que a meta é o homem.

Obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador)**.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 133/79.

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — **(Para discutir)**. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não resta dúvida que uma tão importante Mensagem do Governador não poderia passar em brancas nuvens por esta Casa, de legisladores responsáveis, de Deputados interessados nos destinos de nosso querido Paraná.

Por esta razão, Sr. Presidente, nobres Deputados, gostaria também de aqui manifestar a minha opinião a respeito do plano

apresentado nesta mensagem e principalmente aquele aspecto que considero mais importante, que é o apoio integrado ao pequeno produtor rural. Pois é o pequeno produtor rural que perfaz, em grande parte, a população deste Estado. É dele, das mãos calejadas deste homem, que brota 61% dos produtos da produção e do progresso deste Estado.

E ao analisar o apoio integrado ao pequeno produtor, no plano do Governador Ney Braga, quero fazê-lo partindo de uma análise de uma experiência concreta, para logo em seguida mostrar as dificuldades que encontrou esta experiência, dentro da estrutura agrária do Paraná, dentro da estrutura econômica em que vivemos, tanto no Paraná, como em todo o País, demonstrando finalmente, que o que se está dando neste momento é apenas um continuísmo de uma política já ensaiada por governos anteriores.

Pretendo, neste estudo, portanto, demonstrar que nada de novo surgiu, com a Mensagem do Governador. A colocação, por exemplo, de técnicas adequadas de cultivo ao alcance dos pequenos produtores, e ação para que obtenham justo resultado na comercialização de seus produtos, terão reflexos positivos, diz o Governo, na geração de empregos no meio rural, onde é menos dispendioso e mais necessário criá-los. Evitar-se assim, conforme o plano, que estas populações sejam obrigadas a se deslocarem para os centros urbanos em busca de oportunidades que lhes devem ser oferecidas nos locais onde vivem.

Esta é a meta do plano.

Devo dizer que uma equipe técnica, do escritório da ACARPA, de Santo Antônio da Platina, isto em junho de 1978, portanto há mais de um ano, iniciou a execução de um programa de apoio ao pequeno produtor, ao pequeno agricultor, nestes mesmos moldes.

Pelas informações transmitidas à imprensa, soube-se que tal trabalho teve início com as primeiras providências, que consistiram no cadastramento de 150 famílias que iriam ser beneficiadas inicialmente e seriam também para testar a eficiência do projeto. Estas famílias após serem selecionadas e cadastradas, passaram a receber a orientação técnica, agrícola e educação geral, visando orientá-las a ter uma melhor alimentação, cuidados higiênicos, arte culinária, incentivo à leitura etc.

Aliás, este tipo de trabalho que a ACARPA vem realizando, segundo os seus técnicos, vem obtendo bons resultados. As famílias assistidas estão recebendo bem as equipes técnicas e estes vem recebendo, inclusive, o apoio da Inspeção de Ensino Estadual e Municipal.

Portanto, entendemos que esse tipo de trabalho e orientação, deve continuar, não assistindo a determinados grupos de família, de pequenos agricultores mas a todos os grupos e todos os núcleos, de pequenos agricultores em todo o Estado, que já das 487 mil propriedades agrícolas, hoje existem 418 mil, constituídas de pequenas propriedades rurais, cuja área possuída não ultrapassa aos 50 hectares e mesmo assim porque representam umas cifras mais globais. Em 61% do valor da produção agrícola do Estado.

Por outro lado, apoiando o pequeno agricultor e propiciando-lhe os meios necessários para aumentar a produção e melhorar a qualidade dos produtos, o programa do Governo beneficiará também as populações urbanas, pois estará contribuindo para a estabilidade, o abastecimento dos preços. Entre as pequenas propriedades, verificam-se um alto grau de dificuldades, em particular no acesso aos instrumentos, de apoio à agricultura e à pecuária, pelo fato de que um percentual muito baixo de tais produtores, se acham filiados às cooperativas ou às associações.

Nesse aspecto pretende o Governo Estadual, incentivar o cooperativismo, associações de pequenos produtores rurais, como meios de superar problemas comuns e alcançar melhores níveis de renda e qualidade de vida.

No entanto, neste aspecto, os técnicos da ACARPA,

lembram que o programa por eles posto em execução, cresce de importância, à medida em que são avaliados os problemas enfrentados pelo homem do campo, geralmente carentes de apoio e de orientação.

Lembram alguns desses técnicos e um dos principais objetivos do programa, é fixar o homem na terra. Em seu meio rural de onde cresceu, de onde vive e de onde se habilitou para o trabalho. Pois é através do pequeno agricultor, que os alimentos chegam às mesas dos brasileiros, que residem nos grandes centros. É também objetivo do programa de assistência ao pequeno agricultor, a integração familiar do meio rural, ao processo desenvolvimentista social do País. Além do incentivo à formação de associações, para apoiar os pequenos agricultores, pretende o Governo, através de seu plano, intensificar e ampliar a assistência técnica, através de organismos oficiais, com entendimentos prioritários, dessa faixa de produção. Até aqui, tudo bem. O homem do campo precisa realmente de apoio, segurança e tranquilidade para produzir. E são órgãos colaboradores para a execução do programa, a ACARPA, COPASA, CAFÉ DO PARANÁ, IAPAR, ITC, CEASA, Prefeituras Municipais onde se acham envolvidos a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, Secretaria da Educação, Cooperativas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, além de estabelecimentos bancários.

Portanto, uma série de órgãos, para atender a objetivos de um plano sério mas que ainda não apresentou um resultado altamente positivo, amparador e promissor. Porque enquanto tudo isso se aplicava, enquanto as experiências corriam, aumentava o número de "bóias-frias", diminuía o número de pequenas propriedades; crescia a grande empresa e a reconcentração das terras neste Estado, chegavam a cada vez mais a pontos alarmantes. A própria Secretaria da Agricultura em publicação sobre o programa de apoio ao agricultor, ao pequeno agricultor, classe esta que nos parece que está a merecer do Governo Estadual o apoio muito importante e acima de tudo necessário, afirma que em quase sua totalidade, os pequenos produtores vivem à mercê de especuladores, aos quais comprometem colheitas dos seus produtos. E em troca desse compromisso, eles recebem insumos de baixa qualidade, mantimentos, utensílios domésticos, roupas e até mesmo adiantamento em dinheiro. Desta maneira a sua produção, a dos pequenos produtores, tem sido negociada por preços baixos e preços de mercado desqualificado, para o trabalho e a produção que eles oferecem à Nação. Nesta área, segundo o plano do Governo, plano de apoio integral ao pequeno produtor, como complementação, será desenvolvida a ação supletiva na comercialização dos excedentes produzidos, com o objetivo de contribuir para que o agricultor obtenha a devida remuneração ao seu trabalho.

Essa ação de comercialização será dirigida especialmente — segundo o governo — aos pequenos produtores não associados e terá caráter transitório, até que se alcance a sua integração em organizações permanentes de mútua ajuda. A aquisição de tais excedentes estará articulada, ainda, à distribuição de alimentos básicos para a população mais carente, a ser intensificada pelo Estado. Com relação a este aspecto, afirma um técnico da Secretaria da Agricultura que "a muito que o sistema estadual de agricultura, integrado por várias entidades estaduais vem trabalhando no sentido de prestar melhor assistência técnica e social ao pequeno agricultor, mas que este trabalho não tem sido fácil — que o homem do campo é desconfiado, e some-se a isso, o fato de não ter acesso fácil a informações sobre cotação de preços, obtenção de crédito, de insumos qualificados e outros benefícios, que, atualmente, são oferecidos pelo Governo.

Mesmo assim, sabe-se que esta tarefa vem sendo superada, e que os primeiros resultados já começaram a aparecer.

No entanto, aqui levanta-se uma série de questões, e ques-

tões são levantadas pelos próprios técnicos que estão a aplicar um plano semelhante ao que quer o Governo Ney Braga, neste instante.

Sabe-se também que as experiências e estudos que têm sido feitos para promover esta categoria de agricultores estão possibilitando importantes subsídios para os técnicos responsáveis pela execução do programa.

Segundo informações, existe o registro e a catalogação para profundos estudos sobre tal experiência, já em andamento.

O conhecimento dessa realidade agrícola, portanto, já deve ser do conhecimento do Governo Estadual — e isto serve portanto, de base para um planejamento de grande envergadura e já em plena execução.

Nesse mesmo programa, o objetivo maior é através da orientação e educação adequadas, libertar o pequeno agricultor da ação especuladora e intermediária a qual existe através de especuladores inescrupulosos, e em outro ângulo, proporcionar-lhes as condições necessárias de comercialização de sua produção a preços compatíveis com a realidade do mercado, ao lado, também, de outras formações educativas, para uma vida melhor e mais saudável.

Neste programa já em execução, o objetivo final é a ascensão do pequeno agricultor.

O programa de apoio integrado ao pequeno produtor rural, do Governo Ney Braga, me parece, poderá partir deste trabalho que vem sendo executado desde junho do ano passado, tendo sido iniciado no Município de Santo Antônio da Platina e em andamento nos Municípios de Ibaiti e Jacarezinho.

O grande problema identificado tanto no plano Ney Braga, como também observado na experiência da ACARPA, em Santo Antônio da Platina, bem como a constatação da Secretaria da Agricultura do Estado, é o fato, digamos fundamental, a comercialização, que é feita pelos especuladores e intermediários.

A solução oferecida é a associação em cooperativas, onde o Governo atuaria transitoriamente subsidiando o comércio dos produtos até ser independentizado e substituído pela própria associação.

No entanto, basta olhar para as nossas cooperativas de hoje, para indagarmos sobre a validade desta solução oferecida.

Vejamos como o problema se comporta, portanto, dentro do contexto da estrutura econômica da sociedade brasileira.

Vemos que o problema identificado pelo Governo e constatado pela Secretaria da Agricultura, se coloca exatamente no setor intermediário.

E, sabendo, que o desenvolvimento econômico de um País, e, principalmente, do nosso País, se faz em três níveis, ou dividido em três setores. É a conjugação do setor básico, basicamente sobre a agricultura e a exploração da matéria-prima; no setor intermediário — prestação de serviços, e, no setor de transformação, a indústria.

Neste caso, vejamos em quantos pontos e qual é o setor abrangido o setor intermediário, que opera na área de serviços implica para o setor básico, a agricultura, e principalmente para o agricultor, desde o acesso à terra. O acesso à terra se faz através da intermediação de colonizadores.

A mecanização e a modernização técnica da agricultura, também depende, quase que exclusivamente do setor intermediário ligado ao setor de transformação; o crédito bancário joga um papel fundamental dentro do desenvolvimento da agricultura; a comercialização dos produtos é apenas um aspecto; a reposição de necessidades básicas ou mesmo de necessidades criadas nas mãos do agricultor, é outro aspecto controlado determinantemente pelo setor intermediário; a eletrificação rural, outro benefício que o agricultor somente alcança através da intermediação de setores intermediários, através do crédito, através

do setor de transformação como é a COPEL; a comunicação social, o telefone, enfim, todos os serviços que possam prestar apoio e que são vitais para a agricultura, dependem dessa espinha dorsal da estrutura econômica que é o setor intermediário. O setor industrial e agrícola são meros servientes neste aspecto. É aqui que levantamos, na nossa análise do contexto da estrutura econômica, duas observações fundamentais:

1 — Vemos o papel preponderante desempenhado pelo setor intermediário na equação do desenvolvimento agrícola e também industrial;

2 — Vemos que, dentro do setor intermediário, com exceção dos serviços de colonização e de transporte, os demais serviços relacionam-se ao agricultor, através dos serviços creditários de créditos bancários. O crédito agrícola, portanto, é a peça-mestre nas relações econômicas entre o setor de transformação e o setor básico.

E agora vem a observação mais importante e a indagação que nós nos fazemos: tem, o Governo do General Ney Braga, suficientes instrumentos para controlar este setor? Tem o Estado, o Governo Federal, suficiente força para equilibrar as três forças que se conjugam dentro de uma estrutura econômica? Pode, o Governo, impedir que o setor intermediário que aqui somente são acusados os especuladores, os atravessadores, mas na verdade, o importante papel que tem o crédito bancário e os próprios bancos, suficiente força para evitar a espoliação desse setor, dos demais setores principalmente do setor agrícola?

A objetivação e controle do desenvolvimento econômico se faz, infelizmente, através desses setores de serviços os quais acabamos de analisar e dizíamos que era a espinha dorsal de uma estrutura econômica; quem em última análise, determina o tipo de produção, coloca os objetivos e controla o crescimento econômico no País, que optou pelo desenvolvimento capitalista dependente?

São os interesses monopolistas internacionais, que se jogaram estrategicamente, dentro dos setores intermediários. E esse controle exercido através do setor intermediário — como já dizíamos pois, subjuga os interesses básicos nacionais, aos interesses de comércio internacional, determinando o tipo de produção, ditando a técnica de produção a ser adotada, controlando o mercado dos produtos através do sistema financeiro concedendo empréstimos vultuosos, que geram a dependência da dívida externa e nos obrigam a subjugar a agricultura, o setor básico, a essa dependência.

E, assim, a agricultura brasileira é sobrecarregada com o ônus de equilibrar a dívida externa e toda a política agrícola, bem como são instrumentos do setor intermediário, comercialização, tecnologia agrícola, crédito agrícola, incentivos tributários. Tudo está voltado então à exportação, lesando o abastecimento interno e principal produtor dos produtos de primeiras necessidades que é absorvido pelos interesses transnacionais de exportação, ou substituído pelas empresas agrícolas no momento em que não se habilitam, junto ao crédito rural, a mecanização, a modernização técnica, ao comércio e modelo agrícola exportador.

E se observarmos o apoio que quer dar, no seu plano de integração de apoio ao pequeno produtor, neste plano do General Ney Braga, chegamos à conclusão que exatamente coincide tudo sobre o crédito, sobre a orientação técnica para fazer produzir, mas não se diz que tipo de produtos.

É curioso observar que no plano plurianual de Ney Braga, no que diz respeito, ao apoio ao pequeno produtor, escolheu-se os instrumentos ligados exatamente ao setor intermediário qual seja: a comercialização, técnica agrícola e crédito agrícola.

São os três fatores fundamentais.

Resta a pergunta: se o Governo do Estado do Paraná, efetivamente tem o controle suficiente sobre esses instrumentos

altamente utilizados pelas multinacionais, identificados com o setor intermediário e atrelado portanto, ao modelo agrícola exportador, então sim, poderia ele oferecer como solução para o pequeno agricultor.

Terá o Governo Ney Braga, suficiente força para impedir que os créditos liberados, bem como a orientação técnica e a comercialização não estejam mais uma vez subjugados aos interesses transnacionais e impor sua tecnologia genocida já demonstrada pelos estudiosos da ecologia, em função de uma exportação cada vez maior, em detrimento de um ganho cada vez menor?

O General Ney Braga, durante cinco anos se submeteu ao esquema da Revolução de 64. Por isso não podemos desvinculá-lo à política deste Governo, de todas as medidas adotadas pelo Governo golpista de 64.

Fazendo um retrospecto: medidas adotadas pelo Governo da Revolução de 64, principalmente a partir de 68, o que apresentaram um grande crescimento da produção, foram as seguintes:

- abertura da economia ao exterior, mediante estímulo às exportações e ampla importação de capital, tanto sob forma de investimento, como de empréstimo;
- expansão do crédito ao consumidor;
- estímulo à poupança interna, mediante a correção monetária de taxas e juros;
- política salarial e trabalhista capaz de proporcionar às empresas, mão-de-obra barata, abundante e bem disciplinada.

Ligando essas características gerais ao setor agrícola e fundiário, constatamos que:

Grupos econômicos, tanto nacionais como estrangeiros começaram a exploração da soja, do sisal, cacau, castanha, algodão, cana-de-açúcar, menta, arroz, café etc., dando maior ênfase às que têm merecido garantias no mercado externo.

Ocupando extensas áreas de terra na região centro-oeste, na Amazônia, os ocupantes naturais, posseiros, portanto, pequenos lavradores desta área, sem recurso e sem cobertura legal ou são expulsos ou continuam trabalhando como empregador na terra que lhes pertencia ou que haviam ocupado. A produtividade esperada não é alcançada. Mesmo assim, a situação fundiária de extensas áreas de terras na mão de poucos continua, não por trazer lucros e beneficiar a exportação, mas pelas especulações imobiliárias das terras que são altamente lucrativas.

O agricultor passa de um grande fornecedor de bens de consumo, alimentos básicos à população, para consumidor de bens industrializados. Se exige dele a monocultura para facilitar o mercado dos produtos industrializados e assim constatamos a demanda de tratores de que aumentou oito vezes mais que a terra mecanizada em nosso próprio Estado do Paraná.

Em 1960, só para colocar alguns dados, tínhamos 5.200 tratores para uma lavoura de 3 milhões e 500 mil hectares. Já em 1970 havia 18 mil tratores para 4 milhões e 700 mil hectares.

Em 1975, temos 44.000 tratores para 6 milhões e 700 mil hectares.

Assim vemos que de 60 até 75 o consumo de tratores aumentou em 75% beneficiando as multinacionais, fabricantes deste artefato e instrumento agrícola, enquanto que a terra cultivada aumentou apenas em 95%.

A reforma agrária e a regularização fundiária são instituídos por lei, não para serem de fatos adotados, mas antes para aplacar as pressões e a consciência dos lavradores criadas antes de 64, aspiração por uma verdadeira reforma agrária.

Essa medida visou apenas para corresponder a um princípio desenvolvimentista. Não pode existir desenvolvimento sem reforma agrária, que não é nada mais que o estabelecimento de um critério para ocupação e exploração das terras agricultáveis, critérios que têm como fundamento a limitação da área mínima e principalmente da área máxima.

No Brasil só se estabeleceu a área mínima, é o módulo mínimo do INCRA. O que possibilitou a concentração de terras por parte de grandes empresas e grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Tendo esse pressuposto como base, e transferindo agora para a conjuntura do Paraná, constata-se o seguinte: o princípio da reforma agrária foi adotado nas empresas colonizadoras: Maipár S.A., Norte do Paraná, Byngton, London West etc., as quais estabeleceram um módulo médio de 25 hectares. Esses módulos, no entanto, não tiveram limite de aquisição, permitido que a mesma pessoa pudesse adquirir dois, 10 ou até mil módulos, surgindo dessa forma o latifúndio inexplorado adequadamente, em detrimento dos minifundistas cuja produção correspondia e corresponde com as necessidades internas de abastecimento.

As áreas da União e do Estado, foram gradativamente ocupadas por posseiros, antigos trabalhadores avulsos, ou agregados, e arrendatários, os quais não tinham condições financeiras para adquirir uma área junto às colonizadoras. Junto a esses posseiros, copiando o esquema simples da ocupação dos mesmos, surgiram os grileiros que se faziam donos de extensas áreas ficando no aguardo da legislação das mesmas. E para legalização desta área conflitante, o Governo da União criou diversos órgãos responsáveis: IBRA, INDA, GERA, INCRA, o Governo do Estado criou o GETSOP, I.T.C. e estes órgãos por sua vez deram mais atenção aos grandes grileiros legalizando primeiro estas áreas. Não foi só o fator financeiro dos requerentes que influiu nessa decisão, mas também toda a política agrícola adotada pela Revolução, que é exportadora mecanizante e tecnificadora da lavoura que tinha maior interesse nela, dando desta forma condições para o crescimento da indústria agrícola e a indústria de insumos.

Os pequenos e médios agricultores não tinham suporte financeiro que propiciasse o crescimento industrial desejado, por isso ficaram em segundo plano e o que fez com que áreas conflitantes de pequenas extensões se arrastassem até os nossos dias de hoje sem solução.

A pequena lavoura foi subjugada e jogada numa concorrência desleal diante da grande lavoura. O valor de financiamento aumentou entre 69 e 71, conforme o Banco Central em 98,38%, porém o número de beneficiados aumentou apenas em 9%. Isso porque o financiamento se limitou a amparar os produtos de exportação e para a modernização da agricultura, a mecanização. Os pequenos produtores que se jogavam no sistema de máquinas, na produção dos produtos de exportação, acabavam entregando ou vendendo as suas propriedades para atender compromissos bancários e hipotecários. Em detrimento disso a pequena lavoura diminuiu em 9,5% em 67 a 72. E a grande empresa rural aumentou em 154,2%.

Portanto, o sistema creditício funcionou como um auto-envenenamento da pequena propriedade. A liberação de crédito neste modelo, e dentro destes moldes, desta estrutura social, é um verdadeiro genocídio ao pequeno produtor e aos pequenos agricultores.

Por isto, concluímos, que não basta simplesmente querer mais uma vez incidir sobre o problema do crédito agrícola. O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Não me foi possível lembrar um detalhe antes e, por isto, aproveito este instante para colocar. A sua análise praticamente vem ampliar ainda mais este horizonte de pesquisa, de verificação, de estudo, sobre as contradições do plurianual. Não me foi possível analisar, por exemplo, que na assistência técnica ao pequeno produtor rural que é uma das metas específicas e prioritárias deste plano, diz que para buscar tais resultados, linhas de ação serão acionadas. Vou destacar apenas três, Sr. Deputado, que Vossa Excelência bem vem analisando.

Primeira, incentivo à geração, adaptação e disseminação de

tecnologias adequadas de produção, armazenagem e comercialização. E aí a grande interrogação que nós ficamos desacreditados numa mudança. Não define que tipo de tecnologia. No momento em que não define, ficamos no incerto e não sabido.

Outro exemplo orientação para uso criterioso de defensivos, corretivos e fertilizantes para preservação, uso e manejo de solo. Mas também não se define se vão partir para o incentivo agricultura natural e a defesa natural do solo. Como se o uso de defensivos não fosse uma prática que os critérios de utilização são definidos pelo receituário que acompanha o produto, porquanto vem da fábrica e todos os defensivos são alienígenas, de origem de tecnologia estrangeira.

Outro aspecto, ilustre Deputado, mecanização subsidiada para serviços de destoca e de abertura e conservação de estradas a nível de propriedade. Agora vem o Governo subsidiar a mecanização. O País inteiro está reescalando e reciclando o aspecto tecnológico, abrupto, que se praticou no País, mas aqui agora o Governo, paternalisticamente, vai subsidiar a mecanização da destoca e de serviços afins. Repetir-se-á o erro, repetir-se-á o desastre ecológico que já está existindo. O desastre ecológico tem duas faces, é o desastre ecológico e o desastre social, que é de uma mesma moeda.

Por esta razão, com propriedade a sua análise vem confirmar o que nós procuramos também dizer, que em verdade, é indefinido, não clareia, não decide, não toma uma posição, não revoluciona, não renova, é repetitivo e, conseqüentemente, não satisfaz.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte do nobre

Deputado, inclusive que vem dar forças à análise que vimos fazendo e gostaria de dizer, em resposta, de que exatamente entraria neste aspecto quando caracterizaria o plano como sendo apenas um tratamento sintomático da situação da agricultura. Não sei se dá para dizer que seja até sintomático, talvez seja até antes do sintoma.

As áreas atualmente em conflito, não usufruem na sua maioria da política creditícia, do modelo agrícola da Revolução. Isto tem feito com que muitas destas áreas são hoje as maiores produtoras de alimentos de primeira necessidade. Isto representa por outro lado, que para a indústria mecânica, técnica de insumos, um campo comercial muito vasto, está por ser explorado. As multinacionais, monopolista desta indústria no Brasil, não têm condições direta de intervir e de conseguir este mercado latente que se encontra na mão desta gente e em potencial. Por isso, pressiona talvez o Governo, a outorgar, a adotar medidas que lhe venham favorecer, principalmente na abertura dessas oportunidades comerciais. Porque sabe-se, no momento que existe crédito, também haverá mercado para mais insumos, mais máquinas. E um grande mercado desses está latente no Paraná, devido o grande número de posseiros e áreas que ainda não se beneficiaram do crédito.

Portanto, dentro do modelo econômico, inclusive a regularização das posses, viria beneficiar mais uma vez o setor intermediário, o setor industrial, controlado pelas multinacionais. Nas áreas onde a colonização legal prolifera, a pequena propriedade agrícola orientada na produção simultâneas de suínos e produtos de primeira necessidade, sudoeste, oeste do Paraná, passaram a modernização e mecanização através do financiamento de destocas, de máquinas de insumos. Inicialmente processou-se a substituição de produtos básicos, então hoje os utilizados pela soja.

Neste aspecto, conforme levantamentos feitos no Paraná, já se destocou pelos créditos liberados, duas vezes todo o Estado. Sabe-se que houve desvio desse tipo de crédito, para outras finalidades. E atualmente presenciamos a reconcentração da propriedade em mãos de empresários, em detrimento à evasão do pequeno produtor.

O pequeno produtor não suportou a concorrência com o

grande capital, que avançou sobre o campo. Com as finalidades proporcionadas pelo Governo, em forma de crédito e assistência técnica, o investimento na lavoura tornou-se um alto negócio para as grandes empresas, mas não para o pequeno agricultor.

A opção técnica financiável e oferecida, bem como a oscilação de preços do produto de exportação, no mercado internacional, soma-se a fatores climáticos, tornara a produção em pequenas áreas, nas pequenas propriedades insustentáveis, o que fez com que essas decaíssem, na mão da reconcentração da terra em grandes empresas. Só a grande lavoura conseguiu sobreviver porque tinha uma reserva econômica para sustentar e suportar a crise. Por outro lado, somente esta preenche o papel que está reservado para a agricultura brasileira de produzir cada vez mais, por um preço cada vez mais instável, diante de uma alta do custo de vida dos insumos, maquinários, e do próprio custeio em geral.

As Cooperativas. — Inicialmente orientadas no controle da comercialização mais adequada dos produtos para os agricultores, transformaram-se em verdadeiras subsidiárias das multinacionais, fazendo com que os associados arcassem também com os riscos de comercialização, bem como com o custo do processo de classificação, armazenagem, pesagem e demais riscos de quebra da comercialização. Tudo foi jogado nas costas do associado. E aliviou-se assim o setor intermediário, desses riscos.

As irregularidades, constatadas são rigorosamente abafadas por interesses muitas vezes políticos, como ocorreu recentemente em Marechal Cândido Rondon. E os gerentes, diretores e secretários-presidentes, corruptos, não são responsabilizados pelos prejuízos causados a essa grande quantidade de associados e na grande maioria pequenos lavradores.

A Cooperativa tornou-se um instrumento. E é instrumentalizado pela multinacional, para a propaganda e oferta dos seus produtos técnicos, químicos, sob o pretexto de assistência técnica, abrindo oportunidade para o suborno e a corrupção, principalmente, no setor da classificação e da venda das sementes.

A cooperativa opera a comercialização num custo operacional bem maior do que o humilde comerciante, originalmente, o atravessador, pois a gerência transfere o lucro da comercialização para subsídios salariais e, inclusive, empregatícios.

Além disso, retém a cooperativa, 3% sobre os produtos brutos do agricultor, para o chamado capital de giro. Opera-se, portanto, a nível de cooperativa, com o capital alheio, sem correr com o risco de capital próprio, garantindo no ganho salarial a outras fontes.

Portanto, o sistema de cooperativa, foi adaptado a esse mesmo sistema de expoliação a que vem sendo submetido o agricultor.

Diante de tudo isso, notamos que o plano oferecido pelo Governo, e que estamos a discutir neste momento, em seu programa de apoio ao agricultor, trata do problema apenas de ordem sintomática.

À luz da análise exposta, concluímos que nos falta um diagnóstico mais aproximado da realidade, para podermos propor alternativas mais corretas, evidentemente dentro desse plano do Governo.

De nada vale constatar-se sintomas de mal-estar, como sentimos no plano do Governo, e aplicar apenas alguns calmantes, como haveremos de avaliá-lo.

Quer nos parecer que o Governo trata do problema do pequeno agricultor, portanto, de forma sintomática.

Constata-se que falta comercialização. Vamos fazer cooperativas, no entanto, sabemos que as cooperativas oneram muito mais a comercialização, do que os primeiros atravessadores. Constata-se que falta acesso ao crédito, quando sabemos que



para a grande maioria dos pequenos agricultores, foi exatamente a hipotecação de suas terras, de terceiro, quarto até o quinto grau, que levou ele à falência, levou-o a abandonar as suas terras.

Aliás, foi esse o tratamento dado pelos governos anteriores, a exemplo do que foi exposto, com respeito ao programa da ACARPA, anteriormente analisado, no Município de Santo Antônio da Platina, e, por isso, arriscarmo-nos a falar aqui, de que esse plano não passa de dar um tratamento apenas sintomático.

Os sintomas são: má utilização do solo, do que até mesmo ausência de técnica de cultivo. Será que é esta realmente a causa do mal?

Como então explicar: que somente estes recursos, com esses poucos recursos técnicos, com essa falta de utilização da terra, conseguem eles alcançar e se responsabilizar por 61% da produção agrícola do Estado, tendo em suas mãos, como instrumento, apenas 20% da área cultivada?

Como podemos concluir, sintomaticamente, de que existe uma má utilização da terra por parte do pequeno agricultor, que, no entanto, precisa de melhores técnicas e mais técnicas.

Aplicação de técnicas muito sofisticadas, gera, vem gerando, e continuará gerando cada vez mais a dependência endêmica do crédito agrícola, e a dependência da cidade e dos setores intermediários. O acesso limitado ao crédito agrícola, ou mesmo, sem acesso nenhum, no caso dos posseiros, outro sistema constatado; e o que dizer dos que sucumbiram diante do endividamento, como já refrisamos anteriormente? O aumento do crédito, não aumenta a sua dependência junto ao comércio, forçando a vender em época de baixo preço, quando estão vencendo suas contas no Banco, forçando a comprar sementes produzidas por grupos econômicos, e nos quais, infiltrados, muitas vezes, de orientação multinacional? Aplicar adubos inadequados ao solo oferecidos pelas multinacionais, gerando, assim, uma dependência cada vez mais genocida da sua situação econômica.

Portanto, não é só a partir da falta de crédito que se constata esse aspecto de mal-estar. Comercialização deficitária e desvantajosa, outro sintoma apontado.

Será a cooperativa o instrumento eficaz e suficiente para exercer o controle sobre o setor intermediário, hoje em mão dos poderosos grupos internacionais; é a pergunta que fazemos a esse sintoma.

Irregularidade na posse da terra, outro sintoma.

Por que não, então, uma reforma agrária? Por que deixar intocáveis os imensos latifúncios, e até grilagens já consumadas em grandes propriedades?

É a nossa pergunta.

Nossas dúvidas, portanto, quanto ao tratamento sintomático apresentado, se enumeram na seguintes perguntas:

Qual é a técnica que se colocará à disposição quanto à estabilidade do abastecimento e dos preços dos produtos do pequeno produtor? Qual é a estratégia prevista para impedir a importação de gêneros de primeira necessidade, alimentos e outros? De outros estados como vem ocorrendo atualmente? Como impedir a especulação que se faz não no campo, mas principalmente aqui na cidade? Quanto à regularização das posses, qual será o órgão responsável que descarrega responsabilidade sobre outros, ficando, o possessor, totalmente desorientado? Por outro lado, sabe-se que o INCRA no Estado do Paraná está deficiente no setor de pessoal especializado, no setor da sua estrutura, contando com meia dúzia de juristas no encaminhamento da legislação das posses? Acrescente-se ainda que, os custos de legalização nas áreas conflitantes estão sendo cobrados aos posseiros, sem serem perguntados sobre sua situação e disponibilidade financeira para tal? Quanto aos Centros de Qualificação, Orientação e Formação Técnica Agrícola, perguntamos: onde estão os Centros de Formação e Treinamento? É o filho do agricultor, o futuro agricultor que receberá estes

benefícios, ou se pretende criar novos profissionais liberais que depois venderão seus conhecimentos aos agricultores, por somas vultosas? Quanto ao cooperativismo atual, refutamos a idéia de que tenha trazido as soluções adequadas ao desenvolvimento da atividade agrícola, pelo menos não para o pequeno agricultor. Quanto à mecanização, temos a dizer que, a mesma jamais foi sinônimo de adequação aos custos de produção, ainda mais com a crise de petróleo em que nos encontramos, a mecanização, na verdade, esvazia a perspectiva de lucro do pequeno produtor rural. Ele estava muito melhor, quando ele estava aplicando a tração animal ao cultivo da sua terra. Quanto às linhas de créditos especiais para associações e cooperativas, falta um estabelecimento minucioso da quota de juros e outros compromissos que são assumidos na ocasião da opção, por esses créditos.

Mas, para não ficarmos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas na crítica e apenas levantando dúvidas e jogando problemas para dentro do plano, nós também tentaremos esboçar algumas alternativas para esse tratamento que julgamos ser sintomático. E para o tratamento sintomático, a alternativa é um tratamento curativo que deve iniciar, por combater as raízes do mal. Se conhecermos o germe causador da doença, será fácil tomar as medidas para combatê-lo e assim restabelecer o equilíbrio orgânico da sociedade econômica, para um desenvolvimento mais harmônico.

Nessa análise, sugere que, o desequilíbrio é provocado pela dependência externa da nossa economia. A infiltração desse germe se dá justamente no setor intermediário, conforme a nossa análise, da estrutura econômica, e se estende rapidamente sobre os setores de transformação, tomando já, hoje 90% de sua composição celular. E continua avançando também sobre o setor básico, principalmente dominando sobre extensas áreas de terra no Norte do nosso País. E este câncer continua avançando sem lhe darmos o tratamento curativo ou, mesmo, através de uma intervenção cirúrgica que se faria necessária, acabaremos sendo transformados num enorme contingente de escravos em nosso próprio território nacional. Hoje, já são 11 milhões de famílias de camponeses expulsos da terra e, tendo 40% da maior região do País, Amazonas, comprometida com capital estrangeiro.

Algumas propostas nossas a serem consideradas nesse tratamento curativo:

1 — Uma reforma agrária corajosa, autêntica, no sentido de dar, à propriedade rural, sua autêntica função de produzir alimentos que respondam à demanda interna, para, então, chegar à exportação dos excedentes, a um preço compatível aos interesses nacionais e, não, internacionais;

2 — Fortificar o controle estatal da entrada de capital estrangeiro, e principalmente sobre a saída de divisas e capitais, internamente gerados com o esforço dos nossos operários e com o suor dos nossos trabalhadores;

3 — Estatização dos órgãos bancários para assim exercer um controle social sobre o principal instrumento de exploração, ligado ao setor intermediário.

O Sr. Valduga — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Solicito ao Presidente que pedisse aos nobres companheiros que tomassem assento, para ouvirem o orador, dado que há um tumulto e não se ouve exatamente o que o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Procede a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado e a Mesa solicita dos nobres Deputados que tomem seus devidos assentos a fim de ouvirem o pronunciamento do nobre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço a medida sugerida tomada, aliás, pode ser também um sintoma de profundo interesse pelo plano apresentado pelo Governador Ney Braga, tão importante é o plano.

A nível de Paraná, seguimos proposições e as nossas suges-

tões, para não dizerem que somente sabemos criticar e não oferecermos e apontamos alternativas.

A nível de Paraná, já poderíamos desencadear neste sentido com um esforço maior pela reforma agrária, em lugar de tímidos projetos de regularização fundiária, em áreas de conflito.

Poderíamos, no plano do próprio General Ney Braga fazer ensaios de técnicas agrícolas menos dependentes e mais salutarres, como é o caso de técnica de adubação orgânica sugerida hoje pelos nossos geólogos, inclusive aqui sabemos que geólogos estudaram e determinaram que o Paraná tem um recurso técnico riquíssimo, principalmente no oeste do Paraná, que é o assim chamado "pó de pedra", que substituiria perfeitamente o calcário produzido pelas multinacionais, e que bastaria apenas, desencadear, através das prefeituras municipais, como é o caso da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, comprar algumas pedreiras mais finas para suas britadeiras e assim porudiziram toneladas toneladas de instrumento calcário para poder adubar a terra e oferecer assim, com recursos próprios, nossos, sem dependências das multinacionais, um elemento riquíssimo para sua adubação, sem prejudicar por sua vez, como normalmente se dão, os efeitos colaterais da adubação química.

Poderíamos romper a dependência nacional negando-nos nós, o Paraná, a simplesmente ser subjugados ao papel de produto de exportação, sermos nós apenas o celeiro do Paraná, do soja, quando na verdade, paranaenses nossos estão passando fome.

No entanto isso não será possível enquanto estivermos dóceis, subservientes, enquanto nós tivermos um plano apresentado por um Governador que ainda teima em dar crédito ao "João garante".

Um governo que durante quinze anos cometeu os mais hediondos crimes em nome da nossa segurança, imputando-nos a falsa acusação da tendência comunista quando sugerimos exatamente esses planos, quando exatamente levantamos essas alternativas, éramos taxados de comunistas, em nome da segurança, diante da mais vergonhosa e miserável dependência externa a qual nos encontramos hoje, mergulhados no sub-desenvolvimento do nosso povo, no sub-desenvolvimento social quando tiraram vidas, ocuparam o lugar dos corruptos e muitos deles para corromper-se mais ainda; quando nos privam da liberdade para nos jogar nas garras do imperialismo internacional, quando interromperam o amadurecimento político de nossos estudantes, trabalhadores, compositores em direção de uma Nação mais independente, para nos abandonar nuns, pagãos, sedentos e decadentes e doentes à margem da Pró-Esso?

Violaram a nossa Constituição para nos entregar um pedaço de lei cheia de remendos velhos a exemplo da Lei Falcão, da salva-guarda, dos pacotes...

Roubaram-nos a democracia, declararam ilegais os nossos partidos, para depois de quinze anos, implorar pela sua volta porque o seu esquema de bi-partidarismo entrou em crise diante da insatisfação popular.

Tiraram-nos a democracia para nos impor a ditadura. E hoje, envergonhados diante dos próprios fracassos, buscam remendar-se numa democracia cheia de medo.

Se querem levar em conta a nossa luta, o nosso desejo e até a nossa ânsia e querem testar a nossa capacidade, e também nós, como oposição poderemos oferecer alternativas como essas que apontamos aqui, então nos dêem legalmente, dentro de uma democracia ampla, dentro de uma democracia legal, dentro de uma democracia universal o direito de concorrermos aos pleitos, para a governança, não só deste Estado como também a Presidência da República.

Então sim, acredito eu que poderemos contribuir, então sim, poderemos dar a nossa contribuição. No entanto, enquanto persistir este sistema, enquanto persistir esta política oficial não acredito que este plano plurianual possa oferecer nem sequer alento ao nosso pequeno agricultor que continuará sendo expul-

so, espoliado, conforme analisamos neste momento.

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado, cumpriu-se o doloroso dever de ter que escutar o exaustivo e cansativo pronunciamento seu, sobre inverdades brasileiras. Contudo, dentre tantas, algumas exigem dos seus ouvintes uma réplica, pelo menos no que fere não somente a verdade nacional, mas sobretudo aos ouvidos de quem, por educação e por pertinência a um Poder Político se vê na contingência de escutar.

Nobre Deputado, a súplica da volta dos partidos, se houve foi pela Oposição. A Oposição que suplicava, não volta de partidos, porque os partidos voltaram e a insatisfação continua. Porque não são os partidos e não são os números elevados deles que vão trazer vitórias para a oposição. A angústia de Vossas Excelências, permita nobre orador, haverá de continuar, porque a sua vitória, as suas vitórias e as suas alegrias advirão somente com a deficiência, com a ineficiência do partido e dos governos situacionistas.

Então, nós haveremos de nos acostumar aos pronunciamentos, a exemplo do seu. De insatisfações, lamúrias, mas Vossa Excelência disse ainda que essa ditadura de quinze anos em que Vossa Excelência foi eleito, ditadura que trouxe o nobre Deputado para este Poder representando parcela do povo paranaense.

E este País continente, com ditadura no seu entendimento, com bi-partidarismo ou com pluri-partidarismo, manteve o povo tranqüilo e protegido, porque Vossa Excelência há de convir comigo em uma frase que já não é minha: "Essa ilha de paz, num mundo de guerra". Essa é a ilha que é um continente. Imagine Vossa Excelência para repisar o exemplo já por tantas e tantas vezes citado, se um dia a tragédia que assolou a Argentina, o País vizinho, vier assolar este Brasil de nossos pais e que haveremos de assim manter para os nossos filhos, com grande desgraça de um povo de um grande pedaço do mundo.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- (Faz soar os tímpanos).**

A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para a conclusão de seu pronunciamento.

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Concluirei, Sr. Presidente.

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Concluirei também com o prazo que permita a Vossa Excelência, usá-lo para sua conclusão.

Nobre Deputado, agradeço o seu aparte e digo que para felicidade do povo do Brasil e do Paraná que representamos, esperamos que um dia a Oposição do nosso Estado e da Nação brasileira mude o seu sistema de fazer Oposição. Para que em seus corações, do êxito de um bom Governo, não surjam as angústias que estamos acostumados a ver, traduzidas nos oradores da tribuna desta Casa.

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Por dever, Sr. Presidente, nobre Deputado Quielse, por dever que escutei o seu aparte e não diria que foi doloroso, porque acho que o dever de todos nós é escutar, avaliar, o que se diz nesta Casa.

Mas, no entanto, gostaria de concluir o meu pensamento, dizendo que se a ditadura me permitiu estar nesta tribuna, ela me permite unicamente fazer isto que fiz hoje, de apresentar as minhas críticas e também a minha idéia de alternativas e proposições, como fiz. Estas proposições, estas alternativas, ofereço a esta Casa, para serem estudadas. Podem ser taxadas, podem ser carimbadas da forma que quiser.

Quanto à volta dos partidos, nós realmente a almejamos. Mas não nas circunstâncias em que está se dando. Queríamos antes que os bois continuassem puxando a carroça e não a carroça na frente dos bois.

Gostaríamos que viesse uma Assembléia Nacional Constituinte, verdadeiramente libertária e, a partir do seio dela, é que nasceria e não apenas como nasceriam todos os partidos e co-

lorações partidárias que nosso povo está a clamar.

Se as minhas alternativas, se as minhas propostas não são aceitas, é a única coisa que me permite fazer do meu Poder Legislativo, já que não posso apresentar emendas que alterem profundamente este projeto e esta mensagem.

Obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 133/79.

Em votação. — Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, pediria a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — **(Pela ordem)**. — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda o requerimento do nobre Deputado Nelson Friedrich, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Responderam à chamada 39 Srs. Deputados. A Mesa procederá a verificação de votação, solicitada pelo nobre Deputado Nelson Friedrich.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 133/79, queiram levantar-se. — **(Pausa).**

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei n.º 133/79, queiram levantar-se. — **(Pausa).**

31 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — **(Pela ordem)**. — Sr. Presidente, tão somente para registrar especificamente o voto, porque ele extrapola a contrariedade em si, do Plano Plurianual, mas é um protesto contra a maneira superficial e indefinida com que o assunto mais sério do Paraná foi tratado, que é a situação do homem do campo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/79, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, MM. Juiz do Tribunal de Alçada. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 111/79), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 119/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 115/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 120/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Pre-

sidente Castelo Branco, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 116/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 123/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tuneiras do Oeste, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO FACCI — **(Pela ordem)**. — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — A Mesa defere. A Mesa solicita aos nobres Srs. Deputados que tomem assento, a fim de facilitar verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 116/79, queiram levantar-se. — **(Pausa).**

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — **(Pausa).**

22 Srs. Deputados aprovam; 9 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 125/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Mourão, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 141/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Tomé, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE **(Fabiano Braga Côrtes)**. — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Nabia Nassib Felício. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Stanislaw Lesniowski, ocorrido no Município de Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wladislaw Bodener, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roque Gervozio, ocorrido na cidade de Cafeara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente líderes da ARENA e MDB, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão do próximo dia 01 de novembro. — **Aprovado.** — Ao

Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, encarecendo que os membros da referida comissão, façam uma visita aos municípios do Estado, que terão áreas atingidas pelas inundações quando concluídas as obras da hidrelétrica de ITAIPU. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem do "Dia do Dentista". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Família Incott, pela ordenação do Padre Antônio Incott Filho, no Município de Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Agressões à Terra", publicado pelo jornal "O Estado do Paraná". — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades previdenciárias, encarecendo medidas em relação a um melhor atendimento da Previdência Social ao trabalhador rural. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio e solidariedade aos quinze metalúrgicos demitidos sem justa causa pela Metalúrgica Britânica S/A. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Fica adiada a discussão, para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 26, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já marcada anteriormente.

Levanta-se a sessão.